

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA

**DÉFICIT HABITACIONAL E “FAMÍLIAS CONVIVENTES”:
contribuição crítica à metodologia do governo federal a partir de
pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes/RJ**

ANA PAULA VERBENO VARGAS

Campos dos Goytacazes
2011

ANA PAULA VERBENO VARGAS

**DÉFICIT HABITACIONAL E “FAMÍLIAS CONVIVENTES”:
contribuição crítica à metodologia do governo federal a partir de
pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes/RJ**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Professor Dr. Sérgio de Azevedo.

Campos dos Goytacazes

2011

FICHA CATALOGRAFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

011/2011

V297 Vargas, Ana Paula Verbeno

Déficit habitacional e "famílias conviventes" : contribuição crítica à metodologia do governo federal a partir de pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes/RJ / Ana Paula Verbeno Vargas -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

91 f. : il

Orientador: Sérgio de Azevedo

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2011

Bibliografia: f. 82 - 84

1. Habitação (espaços sociais) – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Família – Aspectos Sociais. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 363.58098153

ANA PAULA VERBENO VARGAS

DÉFICIT HABITACIONAL E “FAMÍLIAS CONVIVENTES”: contribuição crítica à metodologia do governo federal a partir de pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes/RJ

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 02 de Março de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Dr. Sérgio de Azevedo (Presidente)

Professor Gustavo Henrique Naves Givisiez

Professor Mauro Macedo Campos

Professora Maria Eugênia Ferreira Totti

À minha mãe, por ela e para ela... Sempre!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma dádiva! É a retribuição pelo recebido! Penso eu aqui, ainda que através de meras palavras, em como expressar em sentimentos tal gesto. Esse é, portanto, um exercício de devoção aos especiais. Começemos pela ordem!

Dele não há como fugir e a Ele retorno, Deus!, dito com todas as exclamações necessárias, fonte de grande significado e razão total para mim. Ele é a força vital por trás de cada palavra de incentivo e afeto que recebi das pessoas nessa minha longa jornada. A Ele devo tudo, pois sem Ele não seria nada. Foi meu alimento, consolo e mestre.

Minha família, o meu tesouro, é a fortuna que compartilho, é a riqueza de felicidade que recebo e divido. A ela devo minha educação, minha integridade e meu caráter, logo, exalto o meu respeito e a admiração inquebrantável a ela. À minha mãe, guerreira, companheira e amiga, devota pelos ensinamentos e lições, sendo a mais valiosa, a persistência em melhorar. A meu pai, a quem devo o compromisso primeiro com a felicidade, com a vida. A meu irmão Alê, pelo amor e, principalmente, por acreditar em mim e impulsionar a minha vida de mestrandia em Campos. À minha irmã Jujuba, devo o amor, os momentos de saudade e choro. A Marcus, o segundo pai, pelo carinho, apoio e presença de sempre.

Aos amigos, para o bem ou para o mal, agradeço por interferirem na minha vida e por possibilitarem o mesmo em relação às suas. Vocês são meu “vice e verso”. Em especial agradeço a Rafael, por ter acreditado em mim, por sua disponibilidade incomensurável, me apoiando, contribuindo para que este momento fosse possível. À Fe, irmã de coração, companheira de todas as horas, sempre! À Mary, pela compreensão nos momentos de tensão que nossa casa viveu e sobreviveu. A Elizardo, por ser exemplo de força e vitória. À prima Grasi, pela amizade. À Suéllem, Revieni, Prild, Amim, Loli, Felipe e Lu, pelas constantes palavras de carinho e apoio, as quais serviram de conforto e das quais jamais me esquecerei.

À equipe Diagonal, pela compreensão, pelos momentos agradáveis de trabalho, pelo carinho e apoio diário, por vibrarem comigo a cada batalha vencida.

Por fim, mas não menos importante, ao meu orientador, pelo apoio até o fim, pelas agradáveis aulas, por me ensinar a ser mais pessoa mais “razoável”, por acreditar em mim. Aos professores do Lesce, por propiciarem o meu (re) encantamento com as ciências sociais. Aos colegas de Campos, sempre disponíveis, ajudando no que fosse preciso e por me possibilitarem a vivência de momentos felizes durante a minha estada nesta cidade. Em especial, à Carol, colega de caminhada, luta e angústia nessa reta final.

Confesso que o caminho do mestrado foi de grande luta e aprendizado, e dessa trajetória tiro a lição: ainda que me depare sobre as vicissitudes humanas, não posso perder o amor, a alegria e o sorriso, mantendo, entretanto, o compromisso e a seriedade que me deu as ciências sociais perante a sociedade. Retorno a essa agora, com toda humildade, e agradeço a aqueles que sustentaram a minha escalada até o mestrado. As lições que então levo, promulgo e defendo, são a dedicação, o amor e o compromisso com a busca pelo melhor!

Mais uma vez, obrigada a todos!

“Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.

Clifford Geertz

RESUMO

Face à rápida urbanização brasileira e a tragédia urbana daí decorrente, entre as diversas carências da população de baixa renda ligadas ao "habitat" (tais como a necessidade de saneamento básico, energia elétrica, transporte, etc.) a que apareceu com maior ênfase foi o déficit de moradia, isto é, a necessidade de incremento do estoque de moradias. Por sua complexidade e amplitude, a questão habitacional exige o olhar diferenciado que proporcione ações capazes de mudar este cenário observado. Porém, apesar de sua especificidade, algumas experiências que visavam acabar ou ao menos mitigar essa realidade fracassaram, o que por sua vez refletia a necessidade de conhecimento da realidade empírica que pudessem proporcionar ações mais eficazes na área.

Nesse contexto, a proposta é analisar, a partir de pesquisa empírica e de estudo de campo quali/quantitativo, as "necessidades habitacionais" da cidade de Campos dos Goytacazes/ RJ, buscando uma análise mais acurada do tema, além do debate nacional com estudos realizados pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o assunto, contribuindo para as futuras inovações metodológicas no que se refere ao cálculo do déficit habitacional no Brasil. Dessa forma, o objetivo é definir os principais conceitos de famílias conviventes secundárias (coabitação familiar) e suas idiossincrasias, identificando os motivos que levaram à convivência e as reais intenções em permanecer nesse tipo de arranjo familiar, bem como avaliar até que ponto o atual modelo de cálculo do déficit habitacional subestima o percentual das famílias conviventes secundárias ao não catalogar o número de famílias que vivem com um progenitor (a), de um dos cônjuges - normalmente aposentado (a) - que de fato banca a maior parte das despesas da casa, uma vez que pelo critério do IBGE esses casos não se enquadram como família convivente secundária.

ABSTRACT

In face of the rapid Brazilian urbanization and the consequent urban tragedy, among the various needs of the low income population connected to the “habitat” (needs such as basic sewage system, electrical power and transportation), the one that stands out with more emphasis is the housing deficit. Due to its complexity and amplitude, the housing issue demands a differentiated examine, which enables actions in order to change situation perceived. However, despite its specificity, some experiences seeking to terminate or at least mitigate this reality have failed, which, in turn, reflected the necessity for better empiric knowledge of the reality that might favor efficient action in this field.

In this context, the proposal of this work is to analyze, from empirical work and field research, the “housing needs” in the city of Campos dos Goytacazes, RJ, searching for a more accurate analyzes of the theme, in addition of the national debate with the studies by the Fundação João Pinheiro (FGP) and by the Fundação Getúlio Vargas (FGV) on the matter, contributing to future methodological innovations concerning the calculation of housing deficit in Brazil. Therefore, the goal is to define the main concepts of secondary families living together (family cohabitation) and its idiosyncrasies, identifying the motives the led to the convivence and the real intentions regarding the will of remain in this kind of arrangement, as well as evaluate to what extend the current type of calculation underestimates the percentage of secondary families living together as it does not catalog the number of families that live with a parent of one of the espouses – normally retired – that in fact pays for most of the house expanses, since, according IBGE creteria, these cases do not fit into the definition of secondary family living together.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma das necessidades habitacionais	32
Figura 2 - Principais conceitos e indicadores da metodologia de cálculo do déficit habitacional	35
Figura 3 - Variáveis do déficit habitacional	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação, em porcentagem, dos componentes do Déficit Habitacional. Rio de Janeiro: Campos do Goytacazes, Região Metropolitana, total do Estado, Sudeste e Brasil. 2007 e 2008	57
Gráfico 2 – Entrevistados por sexo. Campos dos Goytacazes, 2009.....	65
Gráfico 3 – Condição do respondente na unidade domiciliar. Campos dos Goytacazes, 2009.....	66
Gráfico 4 – Ocupação do respondente da unidade domiciliar. Campos dos Goytacazes, 2009.....	67
Gráfico 5 – Parentes do chefe que residem no domicílio. Campos dos Goytacazes, 2009	68
Gráfico 6 – Condição do imóvel. Campos dos Goytacazes, 2009	69
Gráfico 7 – Motivo da convivência familiar. Campos dos Goytacazes, 2009	69
Gráfico 8 – Intenção em constituir um novo domicílio. Campos dos Goytacazes, 2009	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Componentes do Déficit Habitacional e da Inadequação de Domicílios....	48
Tabela 2 – Déficit Habitacional. Rio de Janeiro: Campos do Goytacazes, Região Metropolitana, e total urbano do estado, Sudeste e Brasil. 2007 e 2008	56
Tabela 3 – Estimativa de necessidades habitacionais em Campos do Goytacazes, Região Metropolitana, Rio de Janeiro, total do Estado, Sudeste e Brasil. 2007 e 2008	56
Tabela 4 – Total de domicílios selecionados (coabitação familiar). Rio de Janeiro: Campos do Goytacazes, Região Metropolitana, total do Estado, Sudeste e Brasil, 2007 e 2008	57
Tabela 5 – Situação de presença de parentes do chefe do domicílio, segundo o tipo de domicílio. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2008	59
Tabela 6 – Tipo de cooperação de pais ou sogros do chefe com as atividades do domicílio. Campos dos Goytacazes, RJ, 2008	61
Tabela 7 – Perfil do chefe do domicílio segundo sexo e estado civil. Campos dos Goytacazes, 2009	66
Tabela 8 – Intenção de constituir novo domicílio por motivo da convivência familiar. Campos dos Goytacazes, 2009	71

LISTA DE SIGLAS

BID - Ministério das Cidades e o Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEPECAM - Centro de Pesquisa Cândido Mendes

FJP – Fundação João Pinheiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SINDUSCON – Sindicato da Indústria e da Construção Civil

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	19
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS, MÉTODO E CONCEITOS EM DÉFICIT HABITACIONAL	19
1.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	22
1.2 ASPECTOS CONCEITUAIS.....	26
1.2.1 DÉFICIT HABITACIONAL	27
1.2.2 INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS.....	29
CAPÍTULO II	37
A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E OS APRIMORAMENTOS METODOLÓGICOS	37
2.1 A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO METODOLÓGICA E DOS SEUS APRIMORAMENTOS.....	37
2.2 APRIMORAMENTOS METODOLÓGICOS	40
2.3 METODOLOGIAS FJP E FGV	46
CAPÍTULO III	53
RESULTADOS E OUTROS AJUSTES METODOLÓGICOS	53
3.1 SURVEY EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.....	54
3.2 RESULTADOS DO CAMPO QUALITATIVO	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS.....	85

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar as “necessidades habitacionais” da cidade de Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, com população superior a 450 mil habitantes, o que a torna a maior cidade fora da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A proposta é analisar quali/quantitativamente alguns componentes do núcleo duro do déficit habitacional, isto é, as “famílias conviventes”, e compreender até que ponto parte desses podem ser considerados ou não como déficit habitacional.

Destaca-se que esta análise foi possível a partir de um *survey*¹ realizado no final de 2008 nesta cidade, através da parceria da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF (LESCE / CCH) com o campus avançado da Universidade Cândido Mendes local, UCAM, com amostra de 398 entrevistados², evidenciando o índice de 11,3% de déficit habitacional e 40 famílias conviventes. Com base nos resultados obtidos com a pesquisa quantitativa, isto é, os 40 casos de coabitação familiar, realizamos uma pesquisa quali/quantitativa, no ano de 2009, na mesma cidade, de caráter complementar, com 24 famílias conviventes entrevistadas, focando as hipóteses do nosso trabalho.

Nossos estudos utilizam como respaldo a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, em meados da década de 1990, para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil, metodologia esta adotada pelos quatro últimos governos do país, com produção ao longo dos anos e em constante aprimoramento. Dessa forma, essas pesquisas complementares possibilitarão o debate entre os dados obtidos em Campos dos Goytacazes, a região metropolitana do Rio de Janeiro, o restante do Estado do Rio de Janeiro e o Brasil.

Assim, face ao contexto da rápida urbanização brasileira, aliado à questão habitacional (identificada como a principal demanda da população), bem como ao fracasso das ações de enfrentamento por parte do poder público para reverter essa situação (BONDUKI, 1995), é que o desenvolvimento de respostas para o

¹ Pesquisa sobre “Déficit Habitacional”, financiada pela FAPERJ, realizada em 2008, pelo Observatório das Metrópoles (núcleo Rio de Janeiro), em parceria com a UENF (LESCE/CCH) e UCAM – Campos.

² Cálculo com base na população do município, com erro amostral de 5%.

planejamento urbano deve-se respaldar em informações científicas para subsidiar as ações que sejam, realmente, capazes de reverter, ou ao menos minorar, a situação. Isso porque nem sempre o incremento do estoque habitacional é a solução mais viável para as demandas habitacionais, uma vez que melhorias em aspectos complementares ao estoque de moradias podem significar em melhoria dos índices habitacionais. Ou seja, existem outras esferas recorrentes e complementares que podem contribuir para a melhoria dos índices de déficit habitacional (AZEVEDO, 2006).

O que pretendemos dizer é que em muitos casos a melhoria de infraestrutura urbana (água, esgoto, energia), melhoria no acesso aos serviços públicos (escolas, posto de saúde, etc.) e dos serviços de transporte, facilitando o acesso aos centros urbanos pela população instalada nas periferias, morros e franjas das cidades, pode ser responsável pela melhoria dos índices de necessidades habitacionais no Brasil.

Além disso, o retrato fiel da nossa realidade pode nos apontar para novos arranjos familiares, e em decorrência disso, novas demandas, as quais os métodos atualmente utilizados não dão conta de dimensionar. Isso por que, se indagarmos às famílias conviventes os motivos que às levaram à coabitação familiar e a real intenção em constituir uma nova família, teremos um leque de informações adicionais que atualmente não são consideradas no cálculo de déficit habitacional no Brasil. Diante disso, entende-se que há a impossibilidade de desenvolver de ações eficazes, uma vez que os métodos utilizados não retratam a realidade de forma fiel.

É necessário ressaltar que a convivência familiar é o principal componente do déficit habitacional, isto é, possui a maior porcentagem em relação aos outros componentes. Sendo assim, a análise quali/quantitativa de suas peculiaridades torna-se pertinente, uma vez que possibilita estimar estes índices de forma mais fidedigna (AZEVEDO, 2006), contribuindo assim, para os aprimoramentos metodológicos.

Em busca desse retrato mais próximo da realidade é que desenvolveremos o nosso estudo. Isto é, a partir dos ajustes metodológicos realizados pela FJP³,

³ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Déficit Habitacional no Brasil. Belo Horizonte, 1995; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte, 2001; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações.

aprofundaremos a análise naquele que é considerado o principal aprimoramento, isto é, o do papel das famílias conviventes secundárias dentro do déficit habitacional. A expectativa é que a pesquisa empírica, bem como o estudo de campo quali/quantitativo, nos permita uma análise mais acurada do tema além do debate com outros estudos, contribuindo para as futuras inovações metodológicas para o cálculo do déficit habitacional no Brasil.

Dessa forma, a partir destas duas pesquisas piloto a nível municipal (cidade de Campos dos Goytacazes/RJ), nosso objetivo é definir os principais tipos de famílias conviventes secundárias e suas idiossincrasias, identificando os motivos que levaram à convivência e as reais intenções em permanecer nesse tipo de arranjo familiar, podendo apontar os domicílios que estão fortemente relacionados ao déficit e outros ao “não déficit”, bem como avaliar, através de pesquisa complementar quali/quantitativa, até que ponto o atual modelo de cálculo do déficit habitacional subestima o percentual das famílias conviventes secundárias ao não catalogar o número de famílias que vivem com um progenitor (a), de um dos cônjuges - normalmente aposentado (a) - que de fato banca a maior parte das despesas da casa, uma vez que pelo critério do IBGE esses casos não se enquadram como família convivente secundária.

Nossa hipótese é que a análise quali/quantitativa proposta fornecerá elementos para o aprofundamento da análise dos diversos componentes da chamada “necessidades habitacionais”, permitindo a análise dos diversos tipos de famílias conviventes secundárias, uma vez que é permitido indagar os reais motivos e intenções da coabitação familiar, tanto em relação ao que pode ser considerado déficit e não déficit habitacional, quanto ao percentual de progenitor (a) de um dos cônjuges que vive na casa que pode ser considerado como “família convivente disfarçada”⁴, por responder por parte considerável da despesa familiar (AZEVEDO, 2007).

Nesse contexto, o argumento gira em torno da expectativa de que nem todas as famílias conviventes devem ser consideradas como carente por moradia, uma vez

Déficit Habitacional no Brasil, municípios selecionados e microrregiões geográficas. Belo Horizonte, 2ª ed., 2005.

⁴ Considera-se “família convivente disfarçada” uma vez que esta não se encaixa em todos os critérios do conceito de família convivente utilizado pelo IBGE, porém possui uma função dentro do domicílio que não pode ser subestimada.

que esse arranjo familiar pode ser fruto da vontade dos moradores (Azevedo, 2007). Dessa forma, os novos ajustes incluíram duas perguntas na PNAD, as quais buscam levantar informações sobre os motivos que levaram à convivência familiar sob o prisma da coabitação, bem como as reais intenções da família secundária em constituir um novo domicílio, e assim balizar o que pode ser considerado como déficit ou como não déficit habitacional. Além disso, a proposta é também, a partir da análise mais apurada sobre as atividades desenvolvidas pelos sogros/sogra, pais/mães do chefe do domicílio, dentro deste domicílio, levantaremos algumas questões⁵ no que se refere à importância do papel desses progenitores dentro da unidade habitacional.

Essas informações são fundamentais pois poderão apontar para novas configurações familiares que interferem diretamente no método atualmente utilizado para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil, ratificando a necessidade de aprimoramento destes.

Dessa maneira, o presente estudo apresenta-se dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo analisaremos os critérios e conceitos adotados pela Fundação João Pinheiro para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil, afinando para o nosso objeto de estudo que consiste na análise mais acurada do perfil das famílias conviventes dentro do déficit, bem como o papel dos progenitores do chefe de família e seu cônjuge que vivem no mesmo domicílio; no segundo capítulo discutiremos sobre a produção científica e a importância dos aprimoramentos metodológicos devido o dinamismo da realidade social investigada; no terceiro capítulo explicitaremos os resultados obtidos com o *survey* realizado na cidade de Campos dos Goytacazes, bem como da pesquisa quali/quantitativa complementar, os quais nos permitirão realizar um debate com outras pesquisas sobre o papel das famílias conviventes, e por fim, concluiremos apontando as possíveis propostas de ajustes metodológicos levantadas a partir dessas análises quali/quantitativas complementares às pesquisas realizadas.

⁵ Contribuição financeira nas despesas domésticas, posse do domicílio, ajuda em atividades domésticas, etc.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS, MÉTODO E CONCEITOS EM DÉFICIT HABITACIONAL

De acordo com estudos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em um espaço de sessenta anos, observamos que o Brasil passou de um país rural para urbano, isto é, em 1940 (primeiro censo realizado pelo IBGE) aproximadamente 68% da população brasileira residia na área rural e 32% nas cidades. O que podemos constatar foi que, nesses setenta anos estes índices modificaram-se drasticamente com porcentagem superior a 80% dos habitantes vivendo em áreas urbanas, no ano de 2010⁶.

A rápida urbanização brasileira - aliada ao processo de "industrialização tardio", que incorporou somente uma pequena parcela dos trabalhadores urbanos, acarretou problemas urbanos complexos e de difícil enfrentamento por parte do poder público. Foi possível observar o enorme movimento de construção das cidades para assentar essa população. Isto é, as ações direcionavam-se tanto para a construção de moradias quanto da infraestrutura básica da população (transporte, saúde, trabalho, energia, água, telecomunicações, etc.).

Contudo, ocorria um urbanismo moderno à moda da "periferia", isto é, entre o final do século XIX e início do século XX realizavam-se obras de saneamento básico para prevenir epidemias ao mesmo tempo que embelezavam as cidades e se implantavam bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo ia para os morros e franjas da cidade (MARICATO, 1997).

Nestas condições,

"a opção habitacional para a maioria da população pobre, formada por um considerável contingente de desempregados e de trabalhadores eventuais, foram os cortiços, favelas e bairros

⁶ Ver mais em http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php

clandestinos, localizados fundamentalmente na periferia das metrópoles e grandes cidades” (AZEVEDO, 1996).

Esse período é retratado nos versos de canções memoráveis do compositor, cantor, ator, humorista e sambista, Adoniran Barbosa. Suas músicas remetem a um passado da cidade de São Paulo onde a urbanização moderna se desenvolvia, muitas vezes descontroladamente. A precariedade da habitação evidenciada em “Saudosa Maloca”, a distância da moradia popular do centro da cidade e os problemas de locomoção ilustrados em “Trem das Onze”, a referência à incerteza da posse da moradia em “Despejo na Favela” e as mazelas sociais acarretadas pela precariedade da moradia frente às catástrofes naturais ou às ações governamentais em “Aguenta a Mão João” compõem grande parte da obra de Adoniran. É retratando a urbanização brasileira do início do século XX, por meio de personagens e cenários populares, que o artista nos evidencia os diversos dramas humanos envolvendo a questão da moradia.

Nesse contexto de rápida urbanização à moda da periferia, entre as diversas carências da população de baixa renda ligadas ao "habitat" (isto é, necessidade de saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, transporte, trabalho, etc.) a que apareceu com maior ênfase foi o déficit de moradia. Isso explica porque o poder público, em termos de política urbana, priorizou historicamente a questão habitacional, mas também indica o porquê da pouca amplitude e o fracasso da maior parte destas intervenções governamentais ao longo dos anos. Isso porque, priorizava-se apenas a construção de moradias em detrimento das outras políticas urbanas complementares às políticas habitacionais, tais quais as de construção da cidade no que se refere à sua infraestrutura, realizavam ações que não eram condizentes com a realidade.

Contudo, convém ressaltar que essa intervenção governamental deu-se apenas no momento em que não pôde mais ser evitada, ou seja, foi apenas durante a Primeira República (1889-1930), com o caos urbano instalado, que o poder público começou a intervir na esfera privada. A presença do Estado controlando o espaço urbano passou a ser aceita e reivindicada também. Porém, sua presença não exclui o setor privado da provisão de habitações que fica a cargo do mercado (BONDUKI, 1995).

A deterioração das condições de vida na cidade, provocada pelo afluxo de trabalhadores mal remunerados ou desempregados, pela falta de habitações populares e pela expansão descontrolada da malha urbana obrigou o poder público a intervir para tentar controlar a produção e o consumo das habitações (BONDUKI, 1995, p. 27).

Contudo, a questão do financiamento da habitação no Brasil esbarrou sempre em constrangimentos de diferentes níveis. Isso porque a habitação possui características peculiares que a distingue das outras mercadorias de consumo (roupas, sapatos, móveis, etc.). Isto é, a habitação se difere das demais por possuir produção e distribuição complexas. É a mercadoria de consumo mais cara, possui valor muito maior que os salários médios da população. Ela está vinculada a dois fatores: a disponibilidade do solo para a sua reprodução e a estrutura arcaica da construção civil (AZEVEDO, 1987). No que se refere à sua vinculação com a terra, destaca-se que a cada construção de uma nova habitação é necessário um solo disponível. O que reflete um problema, pois *“No reino da propriedade privada, a produção de cada moradia exige a superação do que pode constituir um obstáculo, a vontade do dono da terra (...)”* (MARICATO, 1997, p.46). No que se refere à estrutura defasada da construção civil (em relação a outros setores industriais), há a utilização de grande número de mão-de-obra e seu período de construção também é longo, exigindo que o capital para o seu financiamento fique imobilizado durante muito tempo.

Além disso, a moradia tem que fazer parte do espaço urbano, onde este consiga oferecer condições mínimas necessárias para sua existência, tais como infraestrutura básica e transporte (MARICATO, 1997).

Nesse contexto,

A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que, acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação das ‘idéias fora do lugar’ tão características do planejamento urbano no Brasil (MARICATO, 1997, p.15).

Partindo dessa necessidade de resposta aos problemas enfrentados pela população, é que a Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte – Minas Gerais, desde meados de 1990, realiza estudos em série sobre as necessidades habitacionais no Brasil, em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o Ministério das Cidades (a partir de 2003) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa Habitar/Brasil/BID⁷. Sua metodologia foi desenvolvida para subsidiar a sociedade e atores políticos de elementos capazes de nortear as práticas políticas através de dados/informações e outros estudos que sejam capazes de retratar a realidade brasileira mais fielmente possível.

Dessa maneira, antes de iniciarmos nossa discussão, ressaltamos o que consideramos déficit habitacional, conceito utilizado pela PNAD/IBGE. Diz respeito à reposição ou ao incremento do estoque de moradias, são classificados os domicílios improvisados e os rústicos – as habitações precárias -, parte da coabitação familiar, o ônus excessivo com aluguel (comprometimento maior que 30% da renda familiar com aluguel entre as famílias que ganham até três salários mínimos) e, introduzido as recentes modificações, o adensamento excessivo nos domicílios alugados.

1.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O setor habitacional, contemplado como um dos direitos fundamentais dos cidadãos, definido pela Constituição de 88, retorna como alvo das políticas públicas, desde então, com mais afinco. Contudo, frente ao fracasso de experiências que visavam acabar ou ao menos mitigar essa realidade, bem como da complexidade e amplitude da questão habitacional, tornava-se necessário estudos que proporcionassem ações eficazes capazes de modificar o cenário observado.

A Fundação João Pinheiro, desde em meados da década de 1990, desenvolveu estudos sobre a questão habitacional no Brasil representando um marco para a rediscussão do chamado “déficit habitacional”. Sua metodologia foi

⁷ “O Programa Habitar-Brasil/BID, através dos programas: Desenvolvimento Institucional dos Municípios – DI e Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS, objetiva a promoção de intervenções em assentamentos subnormais, localizados em regiões metropolitanas, capitais estaduais e aglomerações urbanas”. Ver mais em http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/federal/lista_completa_programas/programa_habitar_brasil.asp.

desenvolvida para nortear as práticas políticas e outros estudos através de números que pudessem retratar a situação do país de forma mais fidedigna. Proposta que, ao longo das décadas e constante aprimoramento, vem ganhando espaço e credibilidade no cenário nacional, e a aceitação de estudiosos pelo assunto.

Neste período, o objetivo era padronizar as informações existentes acerca do assunto/problema, informações essas que, além de muitas, eram díspares. Dessa maneira, a partir das discussões conceituais para o estudo do déficit habitacional no Brasil, a Fundação João Pinheiro identificou dois segmentos: o déficit habitacional e a inadequação de moradia. Seu primeiro estudo foi publicado em 1995, retratando os dados coletados em 1991, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o passar dos anos, realizou novos estudos e aprimoramentos metodológicos bem como rearticulou contribuições anteriores tornando-se referência no cálculo do “déficit habitacional” no Brasil.

Contudo, é necessário identificarmos os pressupostos metodológicos que serviram de respaldo para a construção do modelo metodológico adotado pela FJP o qual norteou o cálculo das necessidades habitacionais, além dos conceitos básicos pelo qual permeia o modelo adotado pela Fundação.

Dessa maneira, para a construção de índices são necessários pressupostos (mencionados ou não) que devem ser analisados. Isso porque esses índices podem ser questionados a partir de outros paradigmas, por tratarem de opções analíticas e, apenas conhecendo o arcabouço teórico utilizado é que se torna possível entender a lógica do modelo e avaliar se há conexão entre os seus componentes e as suas premissas (FJP, 2006).

Isso porque, de acordo com Schwartzman, a legitimidade e a credibilidade de uma instituição são valores centrais para a produção de números/dados confiáveis. Isto é, a instituição que produz informação confiável deve não só possuir uma “objetividade não-política”, ou seja, não se apresentar a serviço de um grupo de interesse ou ideologia política, como também deve possuir um perfil técnico e científico, além de ser estável e consistente. Assim, a produção de dados/números de acordo com os mesmos critérios e procedimentos contribuem para a aceitação da informação, ou seja, para a sua credibilidade, ao contrário daqueles que variam

dependendo sempre de diferentes metodologias, procedimentos, conceitos e teorias. (SCHWARTZMAN, 1996).

A necessidade da legitimidade e credibilidade se justifica pela multiplicidade de atores e interesses envolvidos os quais podem ser afetados, positiva ou negativamente, pela produção dos órgãos estatísticos. Dessa forma, a desconfiança pode estar em torno não só de quem produz a informação, como também pode ser questionada sua independência bem como sua competência técnica e científica.

Contudo, é importante ressaltar que, no momento em que o órgão se apresenta aberto às críticas, no que se refere aos seus procedimentos estatísticos, reconhecendo suas limitações, buscando aprimoramento e inovações e indicando a impossibilidade de solucionar os conflitos de interesses, apesar de estar de acordo com o *“ethos da pesquisa acadêmica e os padrões da honestidade intelectual”* (SCHWARTZMAN, 1996), pode não ser bem aceito a quem de interesse. Além disso, pode gerar a imagem de falta de competência do órgão na provisão de informações confiáveis e inquestionáveis.

Por outro lado, devemos levar em consideração que uma das características do objeto das Ciências Sociais é que ele é essencialmente qualitativo. Assim, é importante deixar claro que

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados nela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que se possa elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social (MINAYO, 2008:14).

As Ciências Sociais se respaldam em um conjunto de expressões humanas encontradas nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, na subjetividade, nos símbolos e significados para conseguir se aproximar da realidade social, mesmo que de forma incompleta e imperfeita.

Contudo, a própria nomenclatura de déficit habitacional traz a idéia de possibilidade de quantificação de forma padronizada, atemporal e neutra. Porém, o termo “déficit” deve ser estendido ao conceito mais amplo das Necessidades

Habitacionais, a título de trabalho. Isso porque, devido a sua boa aceitação nos meios profissionais e acadêmicos, bem como a sua ampla institucionalização, ele não pode ser excluído, porém deve ser considerado como um subitem do conceito das Necessidades Habitacionais, que diz respeito não apenas à unidade habitacional, mas também às condições de moradia/habitat relacionadas à qualidade de vida (serviços de infra-estrutura básica).

Dessa forma, as necessidades habitacionais devem estar de acordo com a dinâmica e as peculiaridades da sociedade dizendo respeito não somente à mercadoria (habitação), mas também aos seus aspectos culturais e simbólicos. A necessidade habitacional se apresenta de forma ampla no sentido social (individual e familiar), econômico e geográfico, tornando-se específica para os diversos setores sociais e variando conforme a dinâmica da sociedade. Por isso a impossibilidade de ser neutra, atemporal e padronizada estatisticamente.

No que se refere aos pressupostos metodológicos, a FJP respalda-se em dois para construção do modelo para o cálculo das necessidades habitacionais. São eles: a dificuldade de padronização das necessidades habitacionais para todos os extratos de renda e o erro ao reduzir a complexidade do habitat a um déficit habitacional *stricto sensu* (FJP, 1995).

O primeiro pressuposto considera que as necessidades habitacionais não devem ser padronizadas para todos os extratos de renda, isso porque nossa sociedade é caracteristicamente desigual e hierarquizada. O desafio enfrentado quando se trabalha com índices sociais numa realidade desse tipo é grande. Por um lado é mais cômodo e simples para o analista – seja do ponto de vista técnico ou do de justificação política – fazer tabula rasa desta complexidade social e utilizar parâmetros idênticos para tratar a questão habitacional. Por outro, essa postura acarreta problemas substantivos: os índices assim levantados acabam sendo de menor serventia para tomadas de decisão do poder público (FJP, 1995).

Os desafios ao se trabalhar com índices sociais para analisar um objeto essencialmente qualitativo como o nosso são enormes, pois tratamos de uma realidade complexa, dinâmica e multifacetada. Dessa maneira, ao se estipular parâmetros idênticos para analisar diferentes contextos e realidades sociais, a

probabilidade de produção de dados/índices de pouca utilidade na tomada de decisões é enorme.

Além disso, em uma sociedade extremamente desigual como a nossa há a dificuldade de compararmos os serviços oferecidos que teoricamente seriam universais, tais como educação, serviços de saúde e de habitação, e muito menos equivalentes nos diversos extratos sociais. Em outras palavras, conforme afirma Reis,

[...] seria possível dizer que, em muitos aspectos, não há 'mercados' reais que operem igualmente para todos, uma vez que o processo de penetração capitalista da sociedade ainda apresenta lacunas e ou deficiências importantes (REIS, 2008)⁸.

O segundo pressuposto se refere à redução do complexo tema habitat à apenas o tema restrito do déficit habitacional, sem considerar que esse assunto possui interface com outras questões. Ou seja, a melhoria da questão habitacional não está relacionada à apenas o incremento do estoque de moradias uma vez que nem sempre os programas habitacionais são a solução para os mais pobres. Além disso, esses programas podem ser inviabilizados caso não estejam interligados a outras políticas urbanas, como de transporte, energia elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água (AZEVEDO, 1996).

Dessa forma, deve-se levar em consideração as políticas habitacionais em interface com outras políticas, pois elas também são instrumentos extremamente importantes para melhorar as condições habitacionais.

Contudo, faz-se necessário explicitarmos quais são os aspectos conceituais básicos e indicadores metodológicos utilizados pela Fundação João Pinheiro para o cálculo das necessidades habitacionais, os quais balizarão o presente estudo.

1.2 ASPECTOS CONCEITUAIS

⁸ Apud, FJP 2006, p.12.

Nos trabalhos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro e nesta pesquisa, consideramos o conceito “Necessidades Habitacionais” como um tema mais amplo. Este se subdivide em “Déficit Habitacional” e “Inadequação de Moradias”. O déficit habitacional está ligado à deficiência no estoque de moradia e a necessidade de incremento de novas habitações em determinado momento. A inadequação de moradias diz respeito à qualidade de vida dos moradores e não está, necessariamente, ligada ao estoque de habitações.

1.2.1 DÉFICIT HABITACIONAL

O conceito de déficit habitacional faz referência às necessidades/carências no estoque de moradia, ou seja, trata-se da necessidade imediata de construção/incremento/reposição de novas moradias para a solução de problemas sociais específicos. Diz respeito à reposição das habitações sem condições de habitabilidade devido à precariedade da infraestrutura das construções ou pelo desgaste da estrutura física, e também à necessidade de incremento do estoque devido à coabitação familiar forçada ou pela utilização de imóveis improvisados como moradias (FJP, 2001).

O conceito de déficit habitacional se subdivide em “déficit por incremento de estoque” e em “déficit por reposição do estoque”. O déficit por incremento se refere à coabitação familiar, adensamento excessivo, ônus excessivo com o aluguel ou a moradias em locais que não são próprios para tal finalidade (domicílios improvisados) e o déficit por reposição aos domicílios rústicos e depreciados.

O déficit por reposição de estoque se refere aos domicílios rústicos e depreciados. Como domicílio rústico o IBGE considera aqueles que não possuem condições mínimas de infraestrutura para os moradores, oferecendo condições de insalubridade, desconforto e riscos para a saúde. São aqueles sem parede de alvenaria ou madeira aparelhada, sem cobertura de telha (lage de concreto, madeira aparelhada, etc.) excluindo as coberturas de zinco, palha, sapé, lata e madeira não aparelhada.

Os domicílios depreciados são aqueles que ultrapassaram seu tempo de vida útil devendo a sua substituição ser completa. Contudo, certa parcela desses

domicílios antigos podem ser enquadrados no critério “inadequação de domicílios” e não como déficit por serem necessários apenas reparos em sua estrutura física devido ao grau de conservação.

É importante ressaltar que, há dificuldades em mensurar/avaliar a depreciação do imóvel isso porque nem todos os dados necessários para o cálculo são acessíveis tornando possível a análise com o mínimo de proximidade da realidade. Além disso, nem no CENSO e nem na PNAD há informações suficientes para esse cálculo. Dessa forma, esse indicador “depreciação de imóvel” não conseguiu ser incorporado no estudo das necessidades habitacionais (AZEVEDO, 2006).

O déficit por incremento se refere à coabitação familiar, o ônus excessivo com o aluguel, moradias alugadas adensadas ou a moradias em locais que não são próprios para tal finalidade (domicílios improvisados).

A coabitação familiar se refere à soma da família convivente secundária que residem no mesmo domicílio que a família principal e das famílias que vivem em cômodos (não contabilizando os cedidos por empregador) mas que desejam possuir um domicílio exclusivo. O responsável pela família principal é também o responsável pelo domicílio (FJP, 2001).

O ônus excessivo com o aluguel está diretamente ligado a renda familiar e o valor destinado ao locador. Para esse fim, são consideradas as famílias que possuem renda familiar de até três salários mínimos e despendem mais de 30% da renda com aluguel (FJO, 2001).

As moradias (casas apartamentos) alugadas e com número excessivo de moradores também indicam a necessidade de incremento de estoque habitacional.

Os domicílios improvisados são todos aqueles locais sem fins de moradia, isto é, servem como moradia alternativa e evidenciam a necessidade de novas unidades habitacionais. Consideram-se locais inadequados como viadutos, embaixo de pontes, cavernas, carros, barcos, imóveis abandonados, etc.

O conceito de inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas do mesmo. Seu dimensionamento visa

ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios existentes, prioriza as famílias com até três salários mínimos de renda, limite superior para o ingresso em grande número de programas habitacionais de caráter assistencial (FJP, 2001).

1.2.2 INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS

O conceito “inadequação de domicílios” está ligado aos problemas na qualidade de vida dos moradores e não à questão do estoque de moradias, refere-se às condições de habitabilidade e suas especificidades, não implicando necessariamente a necessidade de construção de novas moradias.

É importante ressaltar que, os dados utilizados para analisar formas diferentes de inadequação de domicílios só permitem a análise na área urbana uma vez que as áreas rurais apresentam formas específicas de adequação que não são contempladas no estudo. Isto é, apresentam formas diferenciadas de construção, de cobertura, etc. Além das áreas rurais, há a preocupação em excluir domicílios que podem ser considerados em alguma categoria do componente déficit habitacional. Diferente do déficit habitacional, os resultados do cálculo de inadequação de domicílios não podem ser somados, sob pena de ocorrer múltipla contagem, isso porque eles não são mutuamente exclusivos. Ou seja, a mesma moradia pode ser classificada como inadequada de acordo com diversos critérios.

De acordo com os critérios para o cálculo da inadequação de domicílios são considerados os que possuem carência de infraestrutura básica, isto é, aqueles que não possuem energia elétrica, rede de abastecimento de água, rede de abastecimento de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo; os domicílios adensados excessivamente de moradores; os com problemas de natureza fundiária; os depreciados ou sem unidade sanitária domiciliar exclusiva.

Para calcular o adensamento excessivo é observado o número de cômodos⁹ utilizados como dormitórios permanentes e o número de moradores que utilizam esses dormitórios no domicílio. O domicílio que apresenta média superior a três

⁹ Incluem-se aqueles que não possuem a função de dormitório, mas que assim são utilizados em decorrência de não haver acomodação adequada para essa finalidade.

moradores por dormitório é considerado adensado, ou seja, domicílio inadequado. Ressalte-se que, para o cálculo do indicador foram considerados somente os membros da família principal, uma vez que as famílias secundárias foram incorporadas ao déficit habitacional.

Os domicílios com problemas fundiários são aqueles em que pelo menos um dos moradores do domicílio possui a propriedade da moradia, mas não possui a do terreno, total ou parcial, ou a fração ideal de terreno (se tratando de apartamento). É importante destacar que a incidência dessa inadequação não se restringe aos chamados “assentamentos subnormais”, pelo contrário, ela atinge muitos bairros populares, especialmente nos subúrbios e periferias das grandes metrópoles e, atualmente, até mesmo os bairros de classe média.

A existência de unidade sanitária domiciliar exclusiva no domicílio também define se este é incluído ou não no critério de inadequação. Esse critério pode ser observado tanto nos cortiços tradicionais como em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados por famílias pobres ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos. Contudo, apesar de existir, esse é um critério que se apresenta em queda devido, cada vez mais, à valorização por espaços individualizados e da privacidade (FJP,2001).

A parcela de depreciação dos imóveis considerada como inadequação de domicílio consiste naquela definida pelos domicílios que possuem mais de 50 anos de construção, porém o estágio de manutenção de parte dos imóveis mais antigos faz com que eles necessitem apenas de pequenos cuidados/reparos. Destacando que o componente não foi calculado pela dificuldade de obtenção de informações tanto nacionais quanto regionais, para o cálculo (Ibdem).

Portanto, para entendimento dos conceitos utilizados pela FJP e por esta pesquisa, é importante frisar as diferenças entre o que se considera déficit habitacional e inadequação de domicílios.

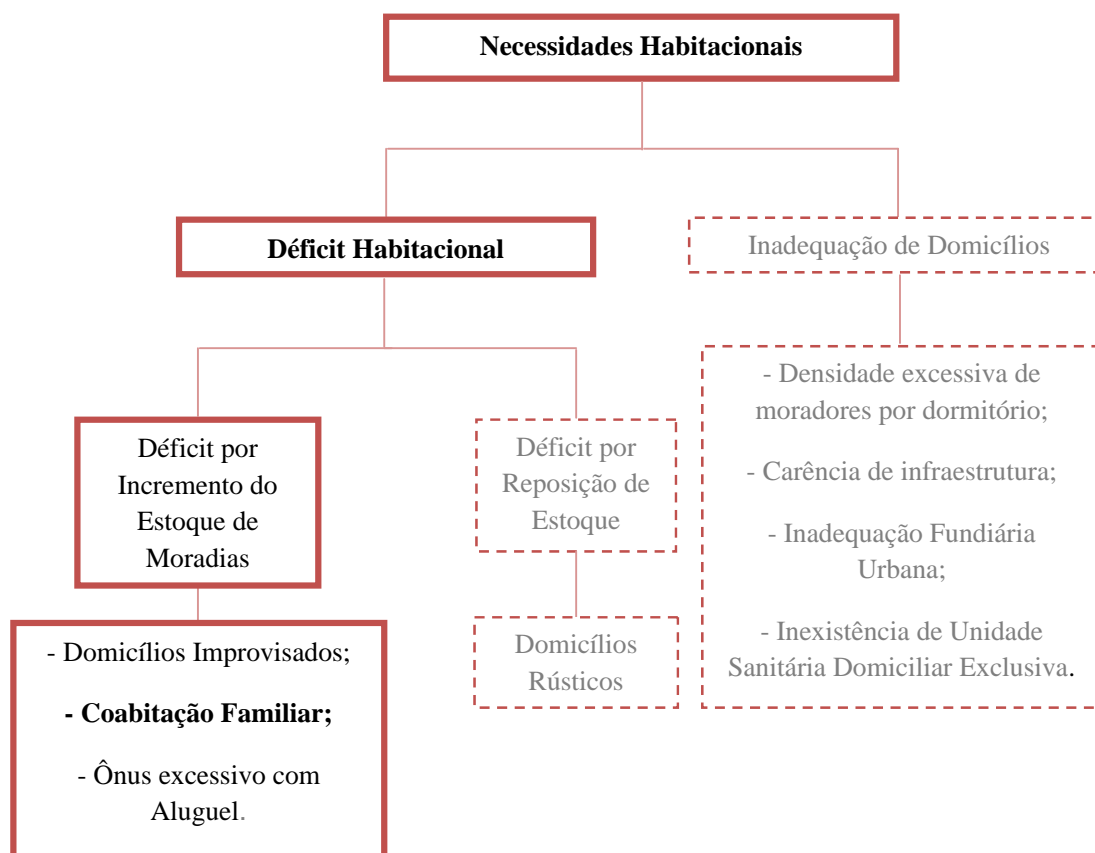
O déficit representa a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a resolução de problemas sociais detectados em certo momento e específicos de habitação. Por sua vez, a inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores, problemas estes

não relacionados, como no primeiro caso, ao dimensionamento do estoque de habitações e suas variações, e sim às especificidades internas de um estoque dado.

Além disso, a demanda demográfica não pode ser considerada como déficit habitacional. Ela apenas indica quantas moradias devem ser acrescentadas ao estoque existente para acomodar o crescimento populacional em determinado intervalo de tempo. Ultrapassando sua competência técnica de cálculo, não se preocupa com aspectos sociais prévios ou em relação com a qualidade das moradias ou sua inadequação (FJP, 2004).

No fluxograma abaixo, podemos entender melhor a distribuição dos conceitos que compõem o conceito mais amplo de Necessidades Habitacionais.

Figura 1
Fluxograma das necessidades habitacionais



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
Elaboração própria.

Através deste fluxograma é possível visualizarmos a delimitação do nosso objeto de estudo. Isto é, o conceito mais amplo de “Necessidades Habitacionais” encontra-se subdividido em Déficit Habitacional e Inadequação de Domicílios. Conforme dito anteriormente, o “Déficit Habitacional” representa a necessidade imediata de **reposição** ou **incremento** do estoque de moradias em um determinado momento. Dentro do conceito de “Déficit por Incremento do Estoque de Moradias” encontra-se o item Coabitação Familiar, ou também Famílias Conviventes, e é sobre ele que enfocaremos nosso estudo.

FAMÍLIAS CONVIVENTES

Para o estudo da FJP, consideramos as definições de família e família convivente utilizadas pelo IBGE. Dessa maneira, para fins de investigação, o conceito de família é delimitado pela condição de residência em um mesmo domicílio, não existindo, necessariamente, os laços consanguíneos. Assim, os arranjos familiares considerados pelo IBGE¹⁰ são aqueles *“(...) onde existam laços de consanguinidade, dependência econômica e/ou residência em um mesmo domicílio, e, também, grupos distintos de pessoas que habitam o mesmo domicílio”* (IBGE, 2011).

Em relação ao componente coabitação familiar, o IBGE¹¹ considera como *“(...) a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família [a família principal] em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos – exceto os cedidos por empregador”*. Ressalte-se que o critério utilizado pelo IBGE para classificar a família como convivente enfatiza que esta deve ser constituída por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que estes residam no mesmo domicílio com outra família denominada principal (FJP, 2006). Destaca-se que, o responsável pelo domicílio é também o responsável pela família principal.

Outro critério incluído no déficit habitacional se refere às famílias que moram em cômodos, isso porque se chegou à conclusão que esse tipo de moradia disfarça a situação de coabitação, uma vez que, apesar de serem domicílios distintos possuem relações de convivência bem estreitas (FJP, 2006).

Além desse tipo de coabitação familiar disfarçada, espera-se que com a nossa pesquisa quali/quantitativa realizada em Campos dos Goytacazes seja possível entendermos o papel desempenhado pelos progenitores do chefe do

¹⁰ Ver

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2007/indic_sociais2007.pdf

¹¹ Ver <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtml>

domicílio e de seu cônjuge, que moram no mesmo domicílio, no que se refere às atividades domésticas.

É importante ressaltar que, dentro do conceito de déficit habitacional existem indicadores que permitem analisar a composição dos grupos de famílias conviventes, isto é, se elas são déficits de baixa ou alta expectativa bem como quais são consideradas como não déficit habitacional. De acordo com a FJP, Centro de Estatística e Informações (FJP/CEI, 2006, p. 62), esses indicadores são considerados como:

Déficit habitacional de alta expectativa:

- Independente do motivo há a intenção de constituir um novo domicílio. Além das providências para efetivar a vontade já terem sido tomadas com a expectativa de mudar em até três anos;

Déficit habitacional de baixa expectativa:

- Independente do motivo possui a intenção de constituir novo domicílio, mas não há expectativa em mudar;
- A convivência familiar se dá em função de razões financeiras ou familiares. Não há intenção em constituir novo domicílio, porém passariam a ter assim que conseguissem melhorar a situação financeira.

Não déficit habitacional:

- Não há intenção em constituir novo domicílio e nem passarão a ter caso haja melhoria na condição financeira. Ou, não há intenção em constituir novo domicílio, mas passariam a ter caso haja melhoria financeira, porém não tivessem informado motivos financeiros ou familiares para a convivência domiciliar.

Para finalizarmos, a partir da explanação dos critérios adotados pela Fundação João Pinheiro, que vão desde a utilização dos seus pressupostos metodológicos até os conceitos e indicadores básicos, apresentados na Figura 2, utilizados para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil, afunilamos os indicadores para o objeto de estudo do presente trabalho, isto é, as famílias conviventes no déficit habitacional.

Figura 2
Principais conceitos e indicadores da metodologia de cálculo do déficit habitacional

<p>Aglomerado Subnormal: segundo definição do IBGE, é o conjunto constituído por, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.</p> <p>Carência de Serviços de Infra-Estrutura: situação onde o domicílio não dispõe de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.</p> <p>Coabitação Familiar: compreende a soma das famílias conviventes secundárias e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto os cedidos por empregador.</p> <p>Cobertura Inadequada: domicílio com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e cobertura de zinco, palha, sapê, madeira aproveitada ou outro material que não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.</p> <p>Cômodo: domicílio particular composto por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco etc.</p> <p>Déficit Habitacional: noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.</p> <p>Densidade Excessiva de Moradores por Dormitório: quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório.</p> <p>Domicílio Improvisado: local construído sem fins residenciais, que serve como moradia, tal como barracas, viadutos, prédios em construção, carros etc.</p>	<p>Domicílio Rústico: aquele sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de insalubridade.</p> <p>Domicílio Particular Permanente: local de moradia estruturalmente separado e independente, destinado à habitação de uma pessoa ou grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. É localizado em imóvel destinado à moradia e classificado como casa, apartamento ou cômodo.</p> <p>Domicílio Vago: unidade domiciliar que efetivamente se encontrava desocupada na data de referência da coleta dos dados.</p> <p>Família Convivente ou Família Convivente Secundária: é constituída por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal.</p> <p>Inadequação dos Domicílios: reflete problemas na qualidade de vida dos moradores. Não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas do mesmo.</p> <p>Inadequação Fundiária Urbana: situação onde pelo menos um dos moradores do domicílio declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza.</p> <p>Inexistência de Unidade Sanitária Domiciliar Exclusiva: domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo.</p> <p>Ônus Excessivo com Aluguel: situação onde famílias residentes em áreas urbanas, com renda mensal média de até três salários mínimos, moram em casa ou apartamento alugado e despendem mais de 30% da renda com aluguel.</p>
---	--

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), 2006.

No capítulo seguinte, discutiremos sobre a importância do método para a produção científica bem como dos aprimoramentos metodológicos ao longo do tempo.

Destacaremos também os métodos utilizados tanto pela Fundação João Pinheiro quanto pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ambas as instituições com credibilidade nacional, no que se refere ao cálculo do déficit habitacional no Brasil, bem como os critérios que nos levaram a escolha do método da FJP como embasamento para este estudo. Por fim, apontaremos os refinamentos que esta instituição realizou ao longo de aproximadamente duas décadas de estudo sobre o assunto, proporcionando análises mais aprofundadas sobre o papel das famílias conviventes no déficit habitacional Brasileiro.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E OS APRIMORAMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO METODOLÓGICA E DOS SEUS APRIMORAMENTOS

O mundo social é dinâmico. As Ciências Sociais, que tem por objetivo pensar essas mudanças, vivem a mesma revolução nas suas categorias para tornar-se inteligível à atualidade. As novas interrogações sobre as relações sociais implicam outra escala de análise, mais interessada pelo instituinte que pelo instituído, e assim mas próxima dos atores sociais e de sua realidade.

A metodologia diz respeito tanto ao método e as técnicas utilizadas para a produção do conhecimento, quanto à capacidade pessoal e a sensibilidade do pesquisador para tal atividade. Além de técnicas, ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articula-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. Sempre levando em consideração os métodos e técnicas que possibilitam o nosso pensar sobre a realidade e a produção de conhecimento (MINAYO, 1994).

Entretanto, o campo científico, apesar da sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições. Um desses conflitos diz respeito ao embate da cientificidade das ciências naturais com as sociais.

As ciências sociais, mesmo com seus avanços e aprimoramentos metodológicos ao longo dos anos, ainda perpassa por alguns questionamentos no que diz respeito à sua plausibilidade enquanto conhecimento científico. Ou seja, a discussão gira em torno da objetividade *versus* cientificidade, isto é, deve-se seguir o mesmo caminho das outras ciências (naturais) e empobrecer o seu próprio objeto (das ciências humanas e sociais) ou buscar “seu núcleo mais profundo”, descartando a idéia de cientificidade? (MINAYO, 1994).

Dessa maneira, é importante ressaltar que, *“a cientificidade não pode ser reduzida a uma forma determinada de conhecer: ela pré-contém, por assim dizer,*

diversas maneiras concretas e potenciais de realização” (MINAYO, 1994:10).

Assim sendo, a cientificidade não deve ser pensada como se fosse um modelo, um padrão ou uma regra a ser seguida de forma imutável, invariável, inquestionável; mas sim como uma idéia que norteia, idéia que regula e que, acima de tudo, é capaz de compreender as peculiaridades e complexidades de seu objeto de estudo e se adaptar a ele. É preciso haver o equilíbrio e bom senso para a utilização das técnicas, por isso a importância do método. Isso porque, conforme Minayo afirma,

O endeusamento das técnicas produz um formalismo árido ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório de suas conclusões, ou a especulações abstratas e estereis (MINAYO, 1994:15).

Além disso,

Em campos do empreendimento humano, é comum que as técnicas se tornem sustentáculos de execução de procedimentos rotineiros, mas também é certo que o trabalhador criativo, [...], tem o completo domínio de um repertório criativo (JUNKER, 1971).

Ressalta-se que, na produção do conhecimento nada substitui a criatividade do pesquisador, todavia, o método é necessário para obtermos certa precisão, isto é, ele informa os parâmetros essenciais para caminhar na produção de informações. Neste momento, abre-se o diálogo das ciências humanas e sociais com outros campos (ciências da natureza e a filosofia), numa troca de informações e complementaridade. Isto é, mesmo se tratando de ciências diferentes, elas devem ser entendidas e utilizadas sob o foco da complementaridade e não da exclusão.

Conforme supracitado, cada sociedade existe, se organiza e se constrói de forma peculiar às outras, considerando que o objeto das ciências sociais é histórico. Isso porque a construção do futuro é feita a partir do que existe hoje, do que está dado, fruto do protagonismo da sociedade, da intervenção humana e daí a sua peculiaridade. É a dialética constante, entre o presente e o futuro, isso porque a sociedade age e interage com o que é dado hoje e, por sua vez, interfere com o que há de ser no futuro.

Além disso, devido nosso objeto de estudo ser caracteristicamente qualitativo e

indicar o dinamismo da vida individual e coletiva dentro da realidade social, é que devemos olhar as necessidades habitacionais de acordo com essas transformações peculiares e inerentes a cada sociedade. O que pretendemos dizer é que, dentro do contexto da rápida urbanização brasileira, onde em quarenta anos deixamos de ser um país caracteristicamente rural e passamos a ser urbano, com cerca de 80% da população buscando se assentar nesses centros, em busca de emprego, moradia e infraestrutura, o método para calcular as necessidades habitacionais deve estar sensível a essas mudanças e refletir esse dinamismo e complexidade em seus constantes aprimoramentos.

Além do método, a teoria (elemento de uma produção científica) também é sensível às mudanças e complexidades da realidade social. Chamamos de teoria os conhecimentos construídos cientificamente sobre determinado assunto. Elas são construídas para explicar a realidade, para compreendermos os processos, os fenômenos (MINAYO, 1994).

Todavia, nenhuma teoria dá conta de nos explicar ou ajudar a compreender todos os processos/fenômenos da nossa realidade, por mais bem elaborada que ela seja. Isso porque a realidade é complexa e mais rica do que o nosso saber e nosso limitado olhar. Em segundo lugar, a prática científica se realiza a partir de um recorte significativo da realidade, e a partir dele busca as conexões com ela. Ou seja, é praticamente impossível tentarmos compreender a realidade em sua totalidade.

[...] uma *teoria* é uma espécie de grade, a partir da qual olhamos e “enquadramos” a interpretação da realidade. Ela é um conhecimento, mas não deve ser uma camisa de força. Ela é feita de um conjunto de *proposições*. Quer dizer, ela é um discurso sistemático que orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção dos dados e a análise dos mesmos (Minayo, 1994:18).

Contudo, é necessário ressaltar que esse dinamismo da sociedade reflete no surgimento de novos problemas, para os quais ainda não existem teorias específicas capazes de explicá-los ou torná-los inteligíveis. E mais, existem inúmeras teorias para explicar ou tornar acessível determinado assunto. Além disso, o Brasil possui a peculiaridade de sua vasta extensão territorial e diversidade regional que refletem na

distribuição espacial da população e também nas diferentes realidades sociais e econômicas em estágios de desenvolvimento diversos (FJP, 2004).

Dessa forma, o que pretendemos dizer é que, tendo em vista o nosso objeto de estudo qualitativo e dinâmico, que é a realidade social, e as peculiaridades de um país como o Brasil, extenso e diversificado, somente através dos constantes refinamentos dos instrumentos de pesquisa (teorias, métodos, técnicas, etc.) é possível a produção de conhecimento científico. Isto é, será possível produzir índices/dados/informações que correspondam de fato à realidade estudada possibilitando a tomada de decisões.

Nesse contexto, pode-se optar pelos aprimoramentos metodológicos, os quais consideram as características peculiares da sociedade, possibilitando a produção de informações capazes de retratar a realidade de forma mais fiel. Contudo, deve-se procurar manter os princípios metodológicos básicos para que eles possibilitem a comparação temporal dos principais indicadores analisados e, dessa forma, traçar a evolução dos diversos componentes ao longo do tempo bem como dos aprimoramentos.

É diante desse cenário, portanto, que analisaremos as mudanças realizadas pela FJP no cálculo das necessidades habitacionais bem como trataremos de algumas nuances do método desse cálculo, que pudemos auferir a partir de uma pesquisa quali/quantitativa própria realizada na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

Dessa maneira, a seguir explicitaremos as propostas de ajustes bem como as mudanças realizadas pela FJP, ao longo dos anos de estudo acerca das necessidades habitacionais no Brasil.

2.2 APRIMORAMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a importância e a necessidade dos constantes aprimoramentos metodológicos e com o intuito de produzir índices confiáveis, é que a Fundação João Pinheiro, desde o seu primeiro estudo sobre as necessidades habitacionais, realiza constantes refinamentos, ganhando espaço e credibilidade no

cenário nacional, bem como a aceitação de estudiosos e pesquisadores do assunto. Tais índices são capazes de nortear as práticas políticas e os estudos, a partir do retrato da realidade social, tal como ela se desenha.

Todavia, os estudos desenvolvidos pela FJP, ao mesmo tempo em que ganham destaque e aceitação nacional, possibilitam que sua metodologia seja alvo de mais críticas e reflexões, como se é de esperar. Críticas e reflexões que são extremamente necessárias, pois possibilitam os refinamentos, quando plausíveis e viáveis, em sua metodologia. Dessa maneira, a FJP (2006) afirma,

Esse debate tem sido extremamente importante para repensar e recalibrar o modelo, tornando-o mais consistente e eficiente. As sugestões e críticas são avaliadas, levando em conta tanto a sua viabilidade técnica – em função das fontes de dados disponíveis – quanto a sua real contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos (FJP, 2006:17).

Além disso, esses aprimoramentos são responsáveis pelo grande avanço no cálculo das necessidades habitacionais, um marco na metodologia da FJP no que se refere à rediscussão do chamado déficit habitacional no Brasil, no momento em que rearticulou as contribuições anteriores de forma inovadora tornando seus dados mais consistentes e eficientes. Esses estudos são extremamente relevantes para o planejamento habitacional no Brasil, a médio e longo prazo, no que se refere às ações estratégicas para enfrentar as necessidades habitacionais, isso porque é possível alinhar o perfil técnico do déficit habitacional, a expectativa da demanda futura por moradia e a diversidade do território.

Nesse sentido, a atualização e o constante aprimoramento dos cálculos das necessidades habitacionais são essenciais para alcançarmos os objetivos de enfrentar essa realidade visando à melhoria da qualidade de vida da população, bem como para avaliar os resultados de cada ação a ser desenvolvida.

Porém, apesar da metodologia não estar isenta a sofrer alterações para aprimoramentos, as críticas e sugestões são sempre avaliadas no que se refere à sua viabilidade, relevância e possibilidade de ser implementada.

Dessa maneira, a seguir explicitaremos os refinamentos realizados pela FJP no que se refere à sua metodologia para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil ao longo dos anos.

APRIMORAMENTOS FJP

Dentre os ajustes metodológicos realizados pela FJP, ao longo de sua série, são enumerados alguns devido à expectativa no que se refere à sua contribuição para a obtenção de números condizentes com a realidade habitacional no Brasil. Ressalta-se que algumas mudanças são mais fáceis de serem incorporadas, outras necessitam de esforços em conjunto com outros atores (órgãos públicos e autoridades) para serem implementadas (FJP, 2006).

Nesse contexto, o marco no que se refere aos ajustes metodológicos realizados diz respeito ao papel das famílias conviventes secundárias. Isto é, a discussão girou em torno da peculiaridade do contexto brasileiro baseado na habitação unifamiliar, disseminada indistintamente por todos os setores sociais, a qual pode ser observada no ditado popular “quem casa quer casa”. Dessa maneira, iniciaremos nossa discussão a partir desse marco metodológico.

Entretanto, é importante retornarmos ao conceito de família convivente, já explicitado, para prosseguirmos em nossas análises.

Assim, o componente coabitação familiar é considerado pelo IBGE, 2011, como “(...) a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos – exceto os cedidos por empregador”. Ressalte-se que o critério utilizado pelo IBGE para classificar a família secundária convivente enfatiza que esta deve ser constituída por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal (FJP, 2006). Além disso, o responsável pelo domicílio é também o responsável pela família principal.

Levando em consideração os critérios utilizados pelo IBGE para conceituar a coabitação familiar e a discussão feita sobre o dinamismo da realidade social, é possível percebermos a importância fundamental da inclusão nas PNAD's, a partir de 2007, de duas questões específicas sobre o assunto. Isso porque o argumento gira em torno da expectativa de que nem todas as famílias conviventes devem ser consideradas como carente por moradia, uma vez que esse arranjo familiar pode ser fruto da vontade dos moradores.

Dessa forma, nesses novos ajustes, as perguntas incluídas na PNAD buscam levantar informações sobre os motivos que levaram à convivência familiar sob o prisma da coabitação, bem como as reais intenções da família secundária em constituir um novo domicílio, e assim balizar o que pode ser considerado como déficit e como não déficit habitacional.

Além do aprimoramento metodológico supracitado, as famílias residentes em cômodos também foram consideradas como déficit habitacional no momento em que se chegou à conclusão que esse tipo de moradia disfarça a situação real de coabitação familiar, uma vez que os domicílios, aparentemente, são distintos. Vale frisar que, de acordo com o IBGE, os cômodos são *“domicílios particulares compostos por um ou mais apartamentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco, etc”*¹².

Ainda em relação ao componente déficit habitacional, acrescentou ao conceito o que se denominou ônus excessivo com aluguel, *“(...) que corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel”* (FJP, 2006: 16-17).

A justificativa para a inclusão do ônus excessivo com aluguel dentro do componente déficit habitacional se explica pela falta de expectativa dos moradores em reverter essa situação. Ou seja, com esse cálculo incluem-se as famílias que comprometem boa parte da sua renda com o pagamento de aluguéis excessivamente altos e, assim, há a preocupação por parte delas de não possuir condições de continuar a pagar seus aluguéis e ser necessário sofrer uma forte queda na qualidade habitacional.

¹² Apud, Déficit Habitacional no Brasil 2006, FJP/CEI, p.16.

Essa queda na qualidade de habitacional pode levar, por sua vez, à dependência de cômodos cedidos provisoriamente por parentes e amigos ou serem obrigados a buscarem moradia em regiões localizadas nas periferias distantes das grandes metrópoles, com poucos serviços públicos e normalmente com grandes dificuldades de acessibilidade (Observatório das Metrópoles/RJ, 2008).

Dessa maneira, o que pretendemos mostrar é que para determinada parcela pobre da sociedade o aluguel não é uma opção, diferentemente de alguns setores da classe média, onde a opção por pagar aluguel em bairros melhores e de mais status é preferível a se tornarem proprietários em áreas suburbanas de pior localização na malha urbana. Por isso o critério acima considera como déficit os domicílios com até três salários mínimos de renda familiar e que gastam mais do que 30% dessa renda com o aluguel.

É necessário ressaltar que

Esse índice de comprometimento máximo de renda familiar foi utilizado tendo em vista parâmetro tradicional do antigo Banco Nacional da Habitação, ainda hoje seguido pela Caixa Econômica Federal, que considera esta percentagem o máximo tolerável de gasto direto no financiamento habitacional¹³.

Além desses aprimoramentos, o adensamento excessivo que era considerado apenas como “inadequação de domicílios” também passou a ter um percentual avaliado como déficit habitacional. Ou seja, trata-se dos apartamentos e casas alugadas altamente adensadas. Isso porque como, nesses casos, o inquilino não pode ampliar ou vender o imóvel para comprar outro maior, caracteriza-se a necessidade potencial de um novo imóvel para esse tipo de família adensada.

Contudo, o adensamento em imóveis próprios continuou a ser considerado como um caso típico de “inadequação familiar”, pois nestes há a possibilidade do proprietário ampliar ou negociar o imóvel e mudar-se para um domicílio maior, mesmo que este esteja localizado em áreas menos valorizadas na cidade.

¹³ Apud, idem.

Conforme podemos observar acima, a Fundação João Pinheiro vem, sistematicamente, calculando as estimativas das necessidades habitacionais no Brasil, articulando as críticas e contribuições, de forma factível, para a realização dos aprimoramentos metodológicos.

E é nesse contexto que a PNAD se apresenta como o avanço mais significativo para a metodologia da FJP, pois permitiu uma análise mais acurada do papel das famílias secundárias. Além disso, é necessário destacar que a PNAD foi sensível a essas mudanças após pesquisas realizadas na cidade de Campos dos Goytacazes e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde foi possível incorporar as perguntas que forneceriam informações para testar as hipóteses.

No próximo tópico indicaremos duas metodologias elaboradas por instituições com renome no cenário nacional, Fundação João Pinheiro e Fundação Getúlio Vargas, para o cálculo do déficit habitacional no Brasil e os motivos que nos levaram a optar pelo método da FJP no nosso estudo. Antes, porém, explicitaremos brevemente o conceito da PNAD/IBGE.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) ¹⁴ é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da amostra de domicílios brasileiros e, por possuir diversos propósitos, ela investiga características gerais da população, tais como educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o Brasil.

A pesquisa é realizada em todas as regiões do Brasil, nas Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas, incluindo as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (excluídas até recentemente). Os indicadores apresentados são disponibilizados em publicações, bem como no site do IBGE¹⁵ e em CD-ROM's que acompanham essas publicações. A PNAD é,

¹⁴ Ver mais em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>

¹⁵ Ver <http://www.ibge.gov.br/home/>

depois do Censo, a pesquisa mais importante feita pelo IBGE. Embora não chegue ao nível municipal, é o mais amplo e diversificado panorama socioeconômico do Brasil.

Devido a sua amplitude e periodicidade, o levantamento dessas informações constitui um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas norteadas para ações que visam o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população no Brasil.

2.3 METODOLOGIAS FJP E FGV

Existem diversas metodologias desenvolvidas de cálculo e estudo do déficit habitacional no Brasil. Contudo, para fins do nosso trabalho, analisaremos duas metodologias confeccionadas por instituições marcadas por sua credibilidade no cenário nacional, a da Fundação João Pinheiro e a da Fundação Getúlio Vargas.

METODOLOGIA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP

Os estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, na série intitulada como Déficit Habitacional no Brasil, se deram a partir da parceria com o Ministério das Cidades, através do Acordo de Cooperação Técnica Internacional celebrado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Projeto Habitar-Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Projeto BRA/00/019¹⁶.

Os estudos foram realizados até o sexto volume da série, Déficit Habitacional no Brasil em 2007, publicado no segundo semestre de 2009. Anterior a ele, os estudos contam das datas de 1991, 2000, 2004, 2005 e 2006. Sua amplitude diz respeito à coleta de informações onde são divulgados os números para o Brasil, unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas, isto é, Belém, Belo

¹⁶ Ver mais em http://www.pnud.org.br/projetos/pobreza_desigualdade/visualiza.php?id07=16

Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

Para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil utiliza-se a metodologia originalmente desenvolvida no primeiro volume da série, publicado em 1995. Ressalta-se que sua base de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme informamos, os primeiros resultados dizem respeito à situação do setor habitacional no ano de 1991, publicados em 1995. Destaca-se que a partir do ano de 2000, os estudos realizados pela FJP sobre o assunto foram atualizados de forma sistemática e em série.

Ressalta-se que, o detalhamento por municípios não é possível devido às especificidades de abrangência da PNAD. Por sua vez, esse detalhamento só pode ser realizado a partir do CENSO/IBGE, que só se realiza de dez em dez anos. Dessa maneira, nos anos posteriores à publicação do CENSO, são realizadas estimativas populacionais, a partir do cálculo de projeções futuras, a partir da PNAD.

Conforme supracitado, no que se refere à metodologia desenvolvida pela FJP adotada no Brasil, em suas unidades federativas e regiões metropolitanas, é a partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais que são trabalhados dois segmentos distintos: o **déficit habitacional** e a **inadequação de moradias**.

É importante ressaltar que, devido à preocupação em identificar as diversas carências habitacionais, principalmente da população de baixa renda, os números do déficit e da inadequação dos domicílios são explicitados para diversas faixas de renda familiar, como feito nas versões anteriores do estudo. Contudo, eles têm como enfoque as famílias com até três salários mínimos de renda, limite superior para o ingresso em grande número de programas habitacionais de caráter assistencial.

Na tabela 1, que se segue, encontra-se esquematizado os componentes do déficit habitacional e da inadequação de domicílios utilizados pela FJP para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil.

Tabela 1
Componentes do Déficit Habitacional e da Inadequação de Domicílios

Déficit Habitacional	
Componentes	Cálculo dos componentes
Reposição de Estoque: Domicílios Rústicos	Áreas: Urbana Rural: - Total; - Aglomerado rural de extensão urbana; - Restante de áreas rurais. Aglomerados subnormais Por faixas de renda familiar
Incremento de Estoque: Domicílios Improvisados	
Coabitação familiar	
Famílias Conviventes Secundárias	
Cômodos alugados e cedidos (coabitação disfarçada)	
Ônus excessivo com aluguel	
Inadequação de domicílios	
Componentes	Cálculo dos componentes
Densidade excessiva de moradores por dormitório	Áreas: Urbana Aglomerados subnormais Cálculo por faixas de renda familiar
Carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água esgotamento sanitário, coleta de lixo)	
Inadequação fundiária urbana	
Inexistência de unidade sanitária exclusiva	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), 2001. Elaboração própria

METODOLOGIA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV

A concepção de déficit habitacional empregada no desenvolvimento dos trabalhos realizados pela FGV Projetos possui como proposta uma metodologia alternativa à da FJP. Segundo essa visão, o cálculo do déficit é feito a partir de componentes menos suscetíveis às distorções relacionadas à heterogeneidade das condições sócio-econômicas.

A metodologia utilizada pela FGV segue dois princípios genéricos: 1) a possibilidade de calcular as necessidades de reposição ou melhoria do estoque de moradias conforme critérios objetivos de mensuração; e 2) a possibilidade de comparação intertemporal e regional dos indicadores. Além desses princípios, o

conceito de déficit habitacional empregado pela FGV Projetos¹⁷ compreende duas dimensões do problema: a inadequação (estrutural ou urbanística) e a coabitação. É importante frisar que, ambas as dimensões do problema indicam a necessidade de construção de novas moradias, isto é, de incremento de estoque. A composição dessas dimensões é expressa pela FGV como:

- Inadequação: é composta pelos domicílios improvisados, pelas moradias rústicas, pelas **moradias em favelas** e pelos cortiços (grifo nosso).
- Coabitação: corresponde a medida indireta de adensamento domiciliar, a qual se refere ao número de casas em que havia mais de uma família habitando.

Para realizar o cálculo das estimativas do déficit habitacional brasileiro utilizadas nos estudos da FGV Projetos são utilizados dados dos Censos Demográficos do Brasil (1970 a 2000) e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad), para os anos inter-censitários.

Em relação aos conceitos básicos, entendem-se como déficit habitacional as carências de moradia de uma sociedade. Contudo, essas carências não dizem respeito a apenas a quantidade de moradias que são necessárias, isto é a demanda por estoque de moradias para abrigar as pessoas, mas também às condições das moradias existentes.

Além disso, o déficit pode também ser entendido como o crescimento da demanda por habitações combinado a uma ampliação insuficiente das alternativas de moradia, o que se expressa de maneira peculiar para as diferentes camadas da sociedade (SINDUSCON, 2007).

Conforme a figura 3, que se segue, é possível observar as variáveis do déficit habitacional e os seus determinantes, utilizados pela metodologia da FGV. Nele é apresentada a descrição das variáveis do Censo entre as décadas de 1970 a 2000.

¹⁷ Ver mais em <http://www.sindusconsp.com.br/downloads/economia/estudossetoriais/deficit2007.pdf>

Figura 3
Variáveis do déficit habitacional

I D H A B		1970	1980	1991	2000
I n a d e q u a ç ã o	Improvisados	Domicílio particular improvisado			
	Inadequados	Domicílio rústico	Parede: taipa não revestida, material aproveitado, palha, outro e ignorado	Aglomerado subnormal	Aglomerado subnormal
			Cobertura: zinco, madeira, palha, material aproveitado, outro e ignorado		
	Cortiços	Cômodo não-rústico alugado ou cedido			
Infra-estrutura		Acesso a rede geral de distribuição de água			
		Acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica			
Adensamento		Inverso do número de habitantes por domicílio			
Coabitação		Número de famílias menos o número de domicílio particulares permanentes			
Déficit habitacional =		Improvisados + Inadequados + Cortiços + Coabitação			

Fonte: SINDUSCON/SP

Para o cálculo da coabitação familiar, a FGV Projetos considera este componente como uma medida indireta de adensamento familiar, o qual diz respeito ao número de casas que possui mais de uma família habitando. Dessa maneira, para as estimativas de coabitação, subtrai-se do número de famílias o número de domicílios particulares permanentes. O resultado indica, portanto, o déficit habitacional existente, sem considerar as especificidades do indicador.

Todavia, o principal aspecto que nos levou a optar pela utilização da metodologia utilizada pela João Pinheiro se refere ao critério que considera como inadequação de domicílio a totalidade de moradias em favelas. De acordo com nossa análise, esse método de mensuração aumenta os índices de inadequação de domicílios.

Conforme indica a FJP:

Existe a expectativa de que nessas áreas, supostamente em piores condições de habitação, sejam maiores as carências habitacionais. Isto não é, todavia, o que se verifica quando se analisam os números encontrados (...) (FJP, 2006, p. 30).

Ou seja, no que se refere aos percentuais em relação ao déficit habitacional dos domicílios em aglomerados subnormais¹⁸, ele apresenta-se inferior aos domicílios localizados em outras condições¹⁹.

Todavia, a FJP trabalha de modo distinto. Isto é, ela parte do pressuposto que nem sempre é necessário construir novas moradias para enfrentar o problema habitacional. Afirmar que, em muitas situações a melhor forma de enfrentar o problema é buscar alternativas a partir da implementação de políticas complementares e recorrentes às políticas habitacionais em seu sentido restrito, tais como as políticas de qualificação da infraestrutura básica, serviços de transporte, geração de trabalho e renda, reinserção social, etc.

Além disso, a FJP avalia que a postura adotada pela FGV/Sinduscon para cálculo das necessidades habitacionais está ligada muito mais a um viés profissional para maximizar interesses, nesse caso os do Sinduscon, do que propriamente a questões técnicas/acadêmicas. Isso porque ela reduz a questão habitacional à necessidade de construção de novas moradias o que serve para legitimar as ações empresariais da construção civil²⁰.

Sobre essa realidade Maricato (2008) afirma:

Tanto as autoridades governamentais ligadas à política de habitação quanto os representantes do capital imobiliário referem-se frequentemente à questão da habitação em termos numéricos de déficits ou projeções de unidades isoladas a serem construídas. Essa forma simplista de tratar o tema ignora que a habitação urbana vai além dos números e das unidades.

¹⁸ Nomenclatura adotada pela FJP onde também se calcula o déficit existente nas favelas.

¹⁹ A partir dos estudos “Déficit Habitacional no Brasil” é possível acompanhar e comparar a evolução desses índices. Ver mais em: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Déficit Habitacional no Brasil. Belo Horizonte, 1995; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte, 2001; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil, municípios selecionados e microrregiões geográficas. Belo Horizonte, 2ª ed., 2005.

²⁰ Cadernos Metrópole 2007.

Ela deve estar conectada às redes de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc.) (MARICATO, 1994, p. 42).

O que pretendemos deixar claro com essa discussão, portanto, é que a nossa escolha pelo método da FJP, para balizar nosso estudo, levou em consideração o seu comportamento ético, independente, não ligado a nenhum grupo de interesse, o que permite que a produção de suas informações esteja alinhada à realidade a qual ela diz respeito, possibilitando produzir seu retrato de maneira mais fidedigna.

Além disso, a trajetória traçada pela FJP nos traz segurança para utilizarmos as informações e índices por ela produzidos, uma vez que o respeito aos pressupostos científicos que ela demonstra ter proporcionaram a instituição ganhar destaque e aceitação no cenário nacional no que diz respeito ao estudo das necessidades habitacionais no Brasil.

CAPÍTULO III

RESULTADOS E OUTROS AJUSTES METODOLÓGICOS

Com o intuito de levantar informações específicas sobre as famílias conviventes, no que se refere à identificação da parcela dessas famílias que se encaixam efetivamente dentro do item déficit habitacional, foram realizadas pesquisas empíricas, qualitativas e quantitativas na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

O objetivo foi captar informações que subsidiassem a hipótese que nem toda família convivente deve ser considerada como déficit habitacional. Dessa maneira, algumas peculiaridades referentes à coabitação familiar foram analisadas e discutidas para o cálculo do déficit habitacional. Isso porque esse é o componente que mais contribui para os elevados índices das carências habitacionais.

Além disso, buscamos informações que pudessem balizar uma discussão mais ampla do próprio modelo no que se refere à participação dos progenitores do chefe do domicílio e de seu cônjuge, que convivem em um mesmo domicílio, mas que não são considerados como “família convivente secundária” dentro do componente do déficit habitacional, de acordo com o critério do IBGE.

Ou seja, partimos do pressuposto que o modelo adotado subestima o número de famílias conviventes secundárias uma vez que não considera como déficit habitacional as famílias que vivem com um desses progenitores de um dos cônjuges, sendo que eles participam consideravelmente das despesas domésticas.

Nesse sentido, apresentaremos alguns dos resultados da pesquisa empírica quantitativa realizada nesta cidade em 2008. Posteriormente, incrementaremos com as informações da pesquisa quali/quantitativa complementar sobre as “famílias conviventes”, realizada na mesma cidade, cujo principal objetivo foi buscar informações mais acuradas neste quesito, as quais pudessem contribuir, por sua vez, com indicações para o aprimoramento do cálculo do déficit habitacional no Brasil.

3.1 SURVEY EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Conforme supracitado, a presente pesquisa empírica teve como objetivo analisar as “necessidades habitacionais” na cidade de Campos dos Goytacazes, situada na região Norte Fluminense, com população de aproximadamente 450 mil habitantes²¹, o que a torna a maior cidade fora da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A proposta foi subsidiar, a partir deste estudo, com elementos para o aprofundamento da análise dos diversos componentes da chamada “necessidades habitacionais”.

A pesquisa trata-se de um “survey”, realizado no final de 2008, na cidade de Campos dos Goytacazes - através da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF (LESCE/CCH), em parceria com o campus avançado da Universidade Cândido Mendes local, UCAM – o qual tornou possível a comparação dos dados levantados na pesquisa aplicada com os do Estado, de sua região metropolitana (RMRJ), da região Sudeste e do Brasil.

Ressalta-se que esta pesquisa, financiada pela FAPERJ, utilizou a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, adotada pelos quatro últimos governos do país.

Dessa maneira, explicitaremos alguns resultados do déficit habitacional em Campos dos Goytacazes, região metropolitana do Rio de Janeiro, restante do Estado e Brasil.

RESULTADOS

Conforme expressos na tabela 2, os valores encontrados indicam que 11,3% dos domicílios da área urbana de Campos poderiam ser categorizados no critério de necessidade por novas habitações, ou seja, carência de 12.307 moradias. Esse valor é superior aos do Estado do Rio de Janeiro (9,3%) e sua região metropolitana

²¹ Contagem populacional do Censo/IBGE de 2010.

(9,5%). Contudo, as estimativas da pesquisa realizada em Campos estão coerentes com o valor encontrado no Brasil (10,8%).

Tabela 2
Déficit Habitacional. Rio de Janeiro: Campos do Goytacazes, Região Metropolitana, e total urbano do estado, Sudeste e Brasil. 2007 e 2008.

Especificação	Classificação	
	Déficit Habitacional	%
Campos	12.307	11,30%
RMRJ	376.139	9,50%
Rio de Janeiro	471.872	9,30%
Sudeste	2.222.957	9,50%
Brasil	5.179.763	10,80%

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007; Pesquisa de Campos dos Goytacazes, UENF/FAPERJ & ICAM (2008); Fundação João Pinheiro (2009).

No que se referem aos índices, os estudos nos permitem mostrar a estimativa detalhada das necessidades por novas habitações, tabela 3, para o município de Campos dos Goytacazes²², o Estado do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana e sudeste e o Brasil²³. Pode-se notar que os dados relativos de déficit habitacional em Campos se aproximam dos observados nas outras regiões analisadas em quase todos os componentes, exceto em dois casos: primeiro no referente à coabitação familiar, onde o percentual é mais elevado, aproximadamente 57%, em relação aos demais componentes de déficit habitacional na cidade; segundo no ônus excessivo com aluguel, com percentual inferior aos demais.

Uma das hipóteses que poderia justificar o índice elevado de coabitação familiar pode estar ligada ao fato de Campos dos Goytacazes ser uma cidade com grande número de pessoas que trabalham embarcadas em plataformas de petróleo,

²² Baseado nos levantamentos da pesquisa realizada em setembro e outubro 2008, em Campos dos Goytacazes, pela UENF/FAPERJ & ICAM.

²³ Através dos dados da FJP 2009 e PNAD 2007.

majoritariamente do sexo masculino, durante semanas. Dessa maneira, famílias optam pela coabitação como o arranjo familiar mais seguro, para a família, e barato.

Além disso, podemos fazer um *link* entre essa opção por segurança, comodidade e conforto adotado pelas famílias e o baixo percentual de ônus excessivo com aluguel constatado em relação às demais regiões analisadas. Isso por que, a partir da pesquisa quali/quantitativa, podemos observar um acentuado número de domicílios que também optam pelos famosos “puxadinhos” ou casas construídas no mesmo terreno da família principal, o que, por sua vez, acarretam em um número menor de famílias vivendo de aluguel.

É importante ressaltar que essas hipóteses têm como base algumas falas registradas durante a pesquisa quali/quantitativa realizada em 2009 na cidade.

Tabela 3
Estimativa de necessidades habitacionais em Campos do Goytacazes, Região Metropolitana Rio de Janeiro, total do Estado, Sudeste e Brasil. 2007 e 2008

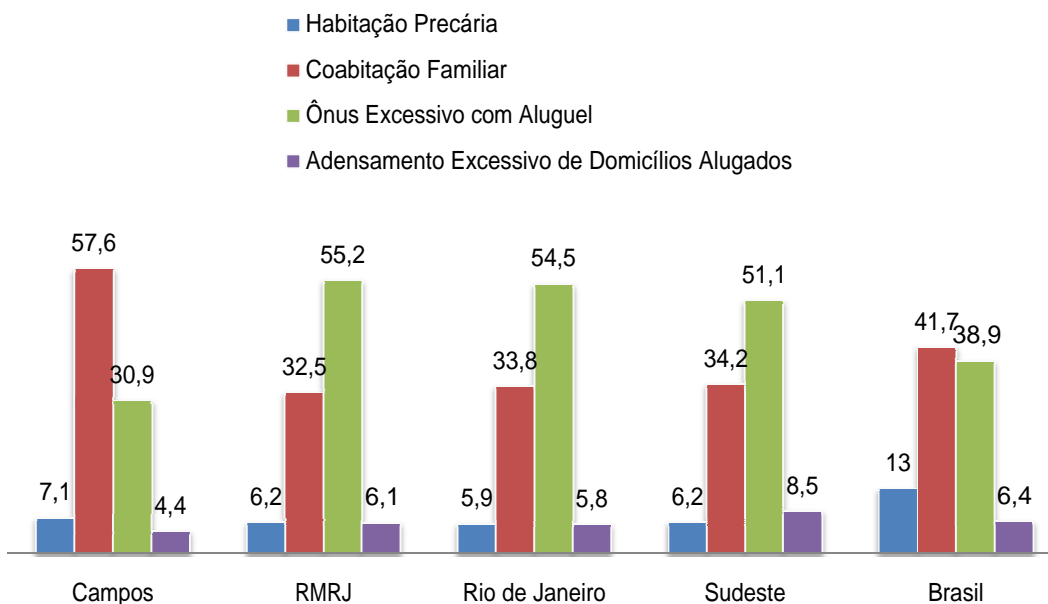
Especificação	Habitação Precária		Coabitação Familiar		Ônus Excessivo com Aluguel		Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados	
	Total	Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes	Total	Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes	Total	Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes	Total	Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes
Campos	869	0,8%	7.094	6,5%	3.801	3,5%	543	0,5%
RMRJ	23.570	0,6%	124.620	3,1%	207.477	5,2%	23.130	0,6%
Rio de Janeiro	28.958	0,6%	164.642	3,1%	257.281	5,0%	28.020	0,5%
Sudeste	191.905	0,8%	815.006	3,2%	1.133.784	4,8%	194.720	0,8%
Brasil	1.442.146	2,6%	2.463.988	4,4%	2.017.513	4,2%	438.998	0,6%

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007; Pesquisa de Campos dos Goytacazes, UENF/FAPERJ & ICAM (2008); Fundação João Pinheiro (2009).

No gráfico 1 é possível observar a participação dos componentes do déficit habitacional, em porcentagem, em Campos dos Goytacazes, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Total do Estado do Rio de Janeiro, Sudeste e Brasil.

Gráfico 1

Participação, em porcentagem, dos componentes do Déficit Habitacional. Rio de Janeiro: Campos do Goytacazes, Região Metropolitana, total do Estado, Sudeste e Brasil. 2007 e 2008



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007; Pesquisa de Campos dos Goytacazes, UENF/FAPERJ & ICAM (2008); Fundação João Pinheiro (2009).

De acordo com a tabela 4, podemos observar, a partir dos resultados sobre a coabitação familiar, que o município de Campos dos Goytacazes (6,5%) apresenta valor superior em relação à região metropolitana e ao total do Estado, ambos com 3,1% do estoque de domicílios urbanos, bem como o do sudeste e do país, respectivamente, com 3,2% e 4,4%.

Tabela 4

Total de domicílios selecionados (coabitação familiar). Rio de Janeiro: Campos do Goytacazes, Região Metropolitana, total do Estado, Sudeste e Brasil. 2007 e 2008

Classificação	Campos	%	RMRJ	%	Rio de Janeiro	%	Sudeste	%	Brasil	%
Coabitação Familiar	7.094	6,5 %	124.620	3,1 %	164.642	3,1 %	815.006	3,2 %	2.463.998	4,4 %

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007; Pesquisa de Campos dos Goytacazes, UENF/FAPERJ & ICAM (2008); Fundação João Pinheiro (2009).

Desse modo, a partir do consenso que a totalidade das famílias conviventes não deve ser considerada como déficit habitacional, a pesquisa feita em Campos dos Goytacazes tem um papel importante no processo que procura identificar o comportamento dessas famílias, e serve como exercício para a quantificação da real participação da coabitação familiar nas estimativas do total das carências habitacionais. Sabe-se que parcela delas, por diversas razões, optam por esse tipo de arranjo domiciliar não devendo assim ser consideradas como déficit habitacional, peculiaridade que a partir das fontes de dados disponíveis não podia ser investigada.

Levando em consideração os questionamentos em torno da inclusão da totalidade de famílias conviventes secundárias como parcela do déficit habitacional, componente que influencia diretamente nos elevados índices de carências habitacionais, bem como a característica peculiar do Brasil de busca pela habitação unifamiliar, é que o *survey* realizado em Campos dos Goytacazes poderá contribuir para os ajustes ao modelo utilizado pela FJP uma vez que terá como foco os motivos que levaram à coabitação familiar e as reais intenções em constituir novo domicílio.

Nesse contexto, o citado *survey*, com amostra expandida sobre as necessidades habitacionais em Campos dos Goytacazes, deu ênfase especial às famílias conviventes secundárias e ao papel desempenhado pelos progenitores do chefe do domicílio e de seu cônjuge que moram no mesmo domicílio, para que fosse possível testar as hipóteses do nosso trabalho em uma cidade de porte médio.

Vale lembrar que nossas hipóteses sobre o papel das famílias conviventes secundárias buscam distinguir o que pode ser considerado déficit habitacional do não déficit, a partir de duas questões: os motivos que levaram à convivência familiar sob o prisma da coabitação, bem como as reais intenções da família secundária em constituir um novo domicílio. E também avaliar até que ponto os progenitores de um dos cônjuges podem ser considerados família convivente secundária.

Os dados analisados anteriormente pela FJP, através da PNAD, mostram que a maioria do déficit desse componente situa-se entre 57% e 69% das famílias conviventes (FJP, 2009). Nesse contexto, com a inclusão dessas novas perguntas para análise do déficit habitacional na pesquisa realizada em Campos, pode-se

afirmar, de forma sucinta, que 35% das famílias conviventes secundárias não podem ser consideradas déficit habitacional, uma vez que não desejam instituir unidade residencial exclusiva.

Além de investigar os componentes da estimativa pura do déficit habitacional a pesquisa empírica desenvolvida em Campos também buscou observar a participação dos progenitores dos chefes de família e de seus cônjuges na economia e nas atividades da família. A proposta era identificar a importância desses parentes nas atividades do domicílio e, principalmente, nas atividades financeiras da casa.

Dessa maneira, os entrevistados eram indagados sobre se um dos pais ou sogros do chefe da família principal vivia no domicílio. No caso de resposta positiva a esse questionamento, foram acrescentadas quatro outras perguntas. Isto é, se o parente declarado possuía renda de aposentadoria ou outro rendimento contínuo, se eram proprietários ou co-proprietários do imóvel, se contribuíam nas despesas domésticas e se cooperavam com os serviços domésticos do domicílio.

A tabela 5 aponta a presença desses parentes com maior frequência nos domicílios nucleares do que nos domicílios com famílias conviventes, bem como desempenhando papéis relevantes dentro do domicílio, como era de se esperar.

Tabela 5
Situação de presença de parentes do chefe do domicílio, segundo o tipo de domicílio. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2008

Coyacazes, Rio de Janeiro, 2000					
Domicílio					
Reside algum parente do chefe	Famílias				Total
	Conviventes		Nuclear		
		%		%	
Não	37	9,9%	337	90,1%	374
Sim	03	12,5%	21	87,5%	24
Total	40	10,1%	358	89,9%	398

Nota: Erro amostral de 5%

Fonte: IBGE (2007) e UENF/FAPERJ & UCAM – Campos (2008)

Ressalta-se que, dos 24 que responderam positivamente à presença desses parentes (mãe ou pai e sogro ou sogra) do chefe no domicílio, apenas dois foram considerados como famílias conviventes. O que pretendemos dizer é que 87,5% desses parentes do chefe do domicílio vivem em unidades habitacionais que não integram o déficit habitacional. O que pode ser um indicador ao apontar para a possibilidade de que a maioria desses domicílios são bases para se avaliar uma nova modalidade de déficit.

Em relação ao tipo de auxílio oferecido pela mãe ou pai e sogro ou sogra, as respostas, tabela 6, nos apontam para a predominância dos auxílios financeiros ou a declaração de possuírem rendimentos no caso do parente ser do sexo masculino (pai ou sogro). Embora todos os pais ou sogros tenham rendimento, nenhum deles foi identificado como proprietário ou co-proprietário dos imóveis.

No entanto, a cooperação nos serviços domésticos é freqüente nos casos do parente do chefe ser do sexo feminino, ou seja, ser a mãe ou a sogra. Destaca-se que os pais ou mães de chefes possuem renda própria em 88% dos casos, cooperam financeiramente em 71% dos casos e cooperam com os serviços domésticos em 67% dos casos. Dados que nos permitem afirmar a importância da participação dos progenitores do chefe do domicílio e de sua esposa, no que se refere à cooperação financeira bem como nas outras atividades domésticas.

Tabela 6

Tipo de cooperação de pais ou sogros do chefe com as atividades do domicílio. Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

	Pai ou Sogro	Mãe ou Sogra	Total
Possuem aposentadoria ou rendimento contínuo	Sim	4	17
	Não	0	3
	Total	4	20
<hr/>			
	Pai ou Sogro	Mãe ou Sogra	Total
São proprietários ou co-proprietários do imóvel	Sim	0	11
	Não	4	9
	Total	4	20
<hr/>			
	Pai ou Sogro	Mãe ou Sogra	Total
Cooperam financeiramente com as despesas da casa	Sim	3	14
	Não	1	6
	Total	4	20
<hr/>			
	Pai ou Sogro	Mãe ou Sogra	Total
Cooperam nos serviços domésticos	Sim	1	15
	Não	3	5
	Total	4	20

Fonte: UENF/FAPERJ & UCAM-Campos (2008)

Dessa maneira, o que podemos inferir a partir dos dados expostos é que os valores encontrados no município de Campos dos Goytacazes, de certa forma, são coerentes com as estimativas de déficit habitacional no Brasil, apesar de superior ao Estado do Rio de Janeiro e sua região metropolitana.

Pode-se notar que os dados relativos de déficit habitacional de Campos se aproximam dos observados nas demais regiões analisadas em quase todos os componentes, exceto nos casos de coabitação familiar, onde o percentual é mais elevado; e no de ônus excessivo com aluguel, com percentual inferior aos demais.

Esses índices podem refletir uma peculiaridade de arranjo familiar característico em Campos, isto é, conforme observado na pesquisa quali/quantitativa que se segue, os domicílios neste município se caracterizam por possuírem os

famosos “puxadinhos”, com extensões da casa, onde as famílias secundárias se estabelecem. Esse arranjo pode estar ligado, por exemplo, ao tipo de trabalho realizado por parte dos progenitores dessas famílias secundárias²⁴. Contudo, esse tipo de conclusão só pode ser tomado após pesquisas que explorem melhor o assunto. O que queremos dizer aqui é que, Campos dos Goytacazes possui peculiaridades que podem influenciar nos índices pesquisados, porém não passíveis de destoar da realidade brasileira.

3.2 RESULTADOS DO CAMPO QUALITATIVO

Considerando os ajustes metodológicos realizados pela FJP, os quais trouxeram à tona novos elementos no que concerne ao déficit habitacional e ao papel das famílias conviventes, bem como as perguntas sobre sogro, sogra, genro e nora e, a partir da pesquisa realizada na cidade de Campos dos Goytacazes em 2008, através da UENF (LESCE/CCH) em parceria com a UCAM - Campos, é que delimitamos o nosso estudo. Destaca-se que, até pouco tempo não havia dados empíricos que pudessem balizar os pressupostos teóricos da FJP.

Isto é, esses ajustes metodológicos apresentados como inovadores foram analisados a partir de outra pesquisa de cunho qualitativo na mesma cidade, Campos dos Goytacazes, em 2009.

Tendo como resultado da pesquisa quantitativa anterior, onde foram constatados 40 casos de famílias conviventes, optamos por realizar 24 pesquisas quali/quantitativas com famílias que compõem o déficit habitacional, nas diferentes esferas sociais. Dessa maneira, optamos por fazer uma distribuição espacial dessas famílias (buscando famílias em bairros distintos, com poder aquisitivo também distintos), com diferentes realidades sociais e necessidades também, a fim de obtermos consistência das respostas uma vez que o objetivo é estar mais próximo da realidade possível.

²⁴ A partir das observações de campo, foi possível constatar que parte dos chefes de família, de algumas famílias conviventes secundárias, trabalha embarcado em navios petroleiros. Atividade esta bastante desenvolvida na região.

Sendo assim, calculamos uma média de pesquisas por esferas sociais e saímos pela cidade em busca dessas pessoas. Perguntamos a moradores antigos, fomos a lugares com bastante fluxo de pessoas, percorríamos os bairros que pudessem nos subsidiar com informações distintas até encontrarmos as famílias que se encaixavam no perfil buscado. Isto é, no perfil de famílias conviventes e famílias conviventes disfarçadas.

É importante ressaltar que, os casos de família convivente identificados na pesquisa quantitativa não puderam ser entrevistados novamente, na quali/quantitativa, pois a UCAM adota o critério de manter a privacidade dos respondentes, não informando assim o seu endereço. Dessa maneira, buscamos adotar os mesmos critérios por ela adotados para não comprometermos os resultados.

O campo desta pesquisa foi realizado em 2009, no mês de novembro, compreendendo 15 dias de entrevista, totalizando 24 famílias visitadas. Conforme supracitado, utilizamos como instrumento metodológico a entrevista quali/quantitativa, respaldada nos pressupostos e conceitos adotados pela FJP. O objetivo foi realizar uma análise mais acurada sobre as famílias conviventes, buscando compreender algumas peculiaridades as quais os instrumentos atuais não conseguem captar.

É importante ressaltarmos que, esta pesquisa quali/quantitativa de campo realizada possui caráter exploratório, sem representatividade estatística, todavia, nos trazem informações de caráter complementar às pesquisas quantitativas até então realizadas sobre o déficit habitacional. Além disso, traz a indicação da necessidade de futuras pesquisas de maior profundidade e amplitude amostral, capazes de aprimorar as informações obtidas e possibilitar a afirmação dos questionamentos aqui levantados com maior segurança. Afirmações essas que, se comprovadas poderão ser acopladas às pesquisas de abordagem nacional, como mais um aprimoramento complementar metodológico realizado.

Dessa maneira, entrevistamos os diversos extratos sociais para assim entendermos como a questão da coabitação familiar se reflete nos diferentes contextos. Além disso, priorizamos entrevistar a família convivente secundária, bem como um dos progenitores do chefe do domicílio ou de seu cônjuge. Isso porque,

como uma de nossas hipóteses consistia em entender o papel que eles desenvolviam dentro do domicílio, bem como o tipo de relação estabelecida com os demais moradores, partimos do princípio que eles poderiam ser melhores informantes.

Conforme supracitado, por não possuímos os endereços das famílias conviventes pesquisadas na amostra da pesquisa quantitativa, para encontrarmos as famílias que se encaixariam no perfil de convivência familiar foi necessário percorrer por diversos domicílios, perguntar aos moradores dos bairros, se estes conheciam famílias que se encaixavam nesse perfil. Com a resposta positiva, pedíamos para nos fornecerem o endereço para que pudéssemos realizar os nossos estudos.

A receptividade dessas famílias à pesquisa foi boa, e em sua maioria por pessoas do sexo feminino (vide números acima). A maior dificuldade foi encontrar respondentes do sexo masculino para assim mantermos o equilíbrio do perfil dos entrevistados. O aspecto positivo foi poder constatar algumas questões subjetivas as quais serão expostas a seguir.

Assim, esta pesquisa nos subsidiou com dados que permitiram avaliar a relevância das mudanças no cálculo do déficit habitacional bem como suscitar novas questões, sobretudo em relação às peculiaridades observadas no município de Campos dos Goytacazes. Dessa maneira, com base nesse estudo realizado é que apresentaremos os resultados observados. Antes, porém, é importante explicitarmos quais perguntas foram utilizadas para balizar as nossas análises.

Sendo assim, para avaliarmos o potencial da família convivente enquanto déficit habitacional, duas perguntas foram incluídas: quais os motivos que levaram à convivência familiar e as intenções em constituir um novo domicílio. A expectativa é que a partir dessas respostas será possível concluir se a família convivente pode ser considerada ou não como déficit habitacional.

No que se refere à observação da participação de um dos progenitores ou sogros do chefe do domicílio nas atividades do domicílio, foram acrescentadas quatro perguntas:

- 1) se estes possuem aposentadoria ou algum rendimento contínuo,

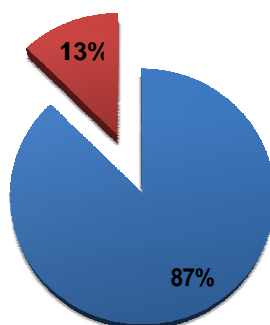
- 2) se colaboram com as despesas financeiras do domicílio,
- 3) se ajudam nas atividades domésticas e
- 4) se são proprietários ou co-proprietários do imóvel.

Da mesma maneira, espera-se que com esses dados possamos apontar para possíveis incrementos nos aprimoramentos metodológicos.

No que se refere à pesquisa quali/quantitativa, propriamente dita, dentre os respondentes, destaca-se a predominância do sexo feminino, com 21 (87%) entrevistadas.

Gráfico 2
Entrevistados por sexo. Campos dos Goytacazes, 2009

■ Feminino ■ Masculino

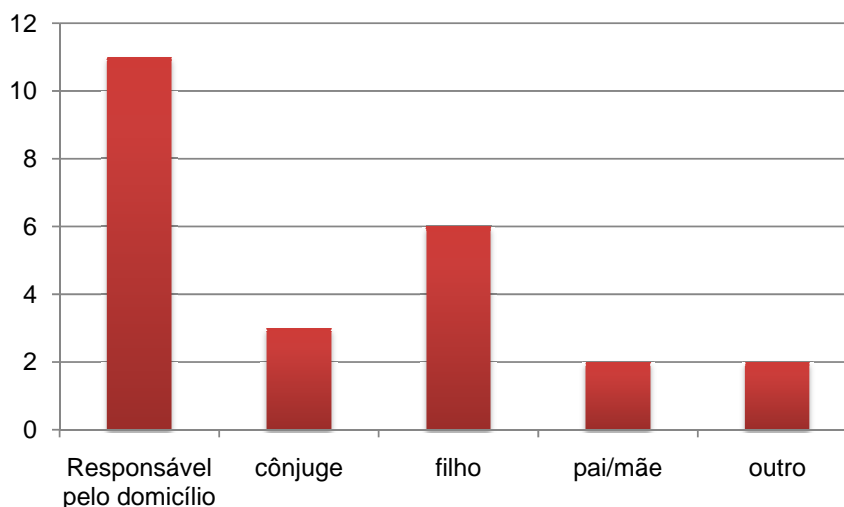


Fonte: Elaboração própria

Em relação à condição do respondente na unidade domiciliar, podemos perceber, gráfico 3, que 11 (46%) responderam como sendo o responsável pelo domicílio, 06 (25%) entrevistados responderam ser filho do responsável da unidade domiciliar e 03 (13%) são cônjuges. Além disso, realizamos o cruzamento dos dados do chefe de família por sexo e percebemos que se referem a unidades familiares chefiadas basicamente pelo sexo feminino, em 62% dos casos.

Gráfico 3

Condição do respondente na unidade domiciliar. Campos dos Goytacazes, 2009



Fonte: Elaboração própria

Contudo, como se era de esperar, há estreita ligação entre a qualidade de responsável do domicílio, o sexo e o estado civil. Isto é, em todos os casos onde o responsável pelo domicílio é do sexo masculino este também é casado/união estável, representando as famílias nucleares formadas por mãe, pai, filhos.

Em contraponto, podemos observar que as famílias chefiadas pelo sexo feminino, aproximadamente 65% delas podem ser classificadas como família monoparental feminina, onde os chefes de família são mulheres que se divorciaram/ vivem separadas do cônjuge, são mães solteiras ou são viúvas.

Conforme a tabela 7, podemos perceber detalhadamente a distribuição do perfil do chefe do domicílio segundo o sexo e o estado civil.

Tabela 7

Perfil do chefe do domicílio segundo sexo e estado civil. Campos dos Goytacazes, 2009

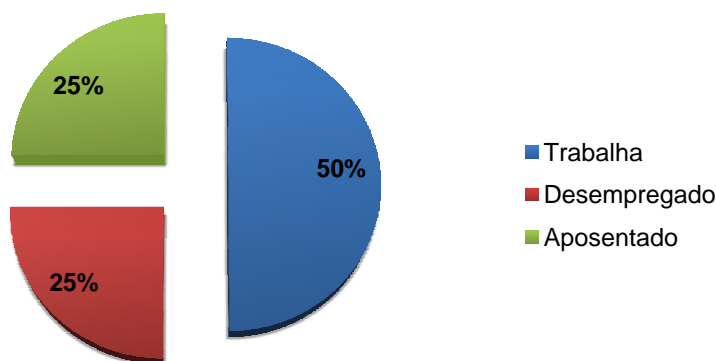
Sexo	Estado Civil					Total
	Casado/ união estável	Solteiro	Vive separado do cônjuge	Divorciado	Viúvo	
Feminino	05	01	01	04	03	14
Masculino	10	-	-	-	-	10

Fonte: Elaboração própria

Em relação à ocupação, gráfico 4, 75% dos entrevistados afirmam possuir algum tipo de rendimento, seja ele oriundo de emprego formal ou informal (50%), seja de aposentadoria ou outro rendimento contínuo (25%).

Além disso, ao analisarmos de forma acurada a fonte de recursos financeiros, isto é, a renda da família principal bem como a renda da secundária, concluímos que 69% (18) dos domicílios possuem como central fonte de recursos a renda da família principal, onde 50% dos casos a família secundária possui renda entre 0 e um salário mínimo. Em 23% (6), a renda da família convivente secundária é superior à da família principal e, em dois domicílios (8%) as rendas são aproximadas.

Gráfico 4
Ocupação do respondente da unidade domiciliar. Campos dos Goytacazes, 2009



Fonte: Elaboração própria

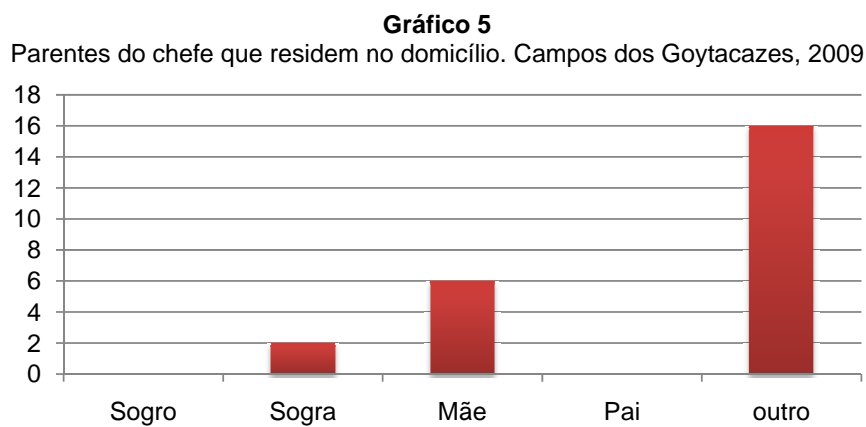
É importante ressaltar que a contribuição financeira nas despesas domésticas é observada em todos os casos onde família convivente secundária possui algum rendimento financeiro.

Além disso, a importância da família convivente secundária também se reflete na contribuição com as atividades domésticas. Nessas situações, foi possível observar a predominância das mães, sogras ou avós dos chefes de domicílio, realizando atividades de limpeza do domicílio, cuidando dos netos, etc.,

corroborando os dados nacionais. No gráfico 5 podemos observar claramente essa realidade.

Destaca-se que, em nossa pesquisa quali/quantitativa não conseguimos encontrar unidades habitacionais compostas pelo pai ou sogro do chefe do domicílio, os quais poderiam ser analisados como família convivente disfarçada²⁵.

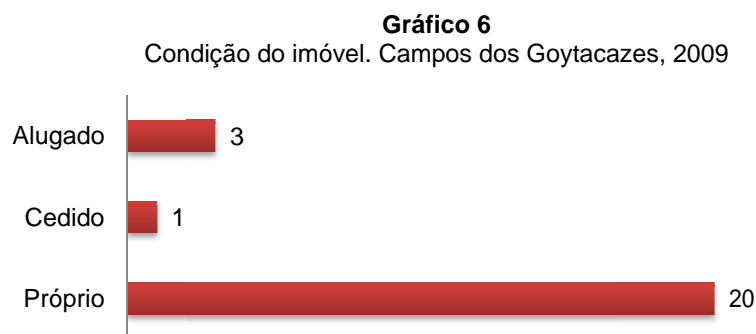
Em relação a esse componente, encontramos somente mães, sogras ou avós desse, conforme supracitado. Por outro lado, os parentes do chefe do domicílio que apareceram com maior recorrência foram os filhos, suas esposas e filhos, bem como de mães solteiras, também filhas da família principal (classificados como “outro” no gráfico 5). Nesses casos, esses componentes são classificados como família convivente clássica.



Fonte: Elaboração própria

No que se refere à condição do imóvel, conforme poderemos observar no gráfico 6, cerca de 80% (20) deles são de propriedade de um morador da família principal.

²⁵ Consideramos, a partir da metodologia da FJP, aquelas famílias que possuem alguns quesitos de famílias conviventes, não podendo ser considerada como tal, segundo os conceitos do IBGE. Contudo, após análise subjetiva dessas famílias, chegamos ao entendimento que poderiam ser consideradas como tal caso a metodologia utilizada fosse aprimorada.

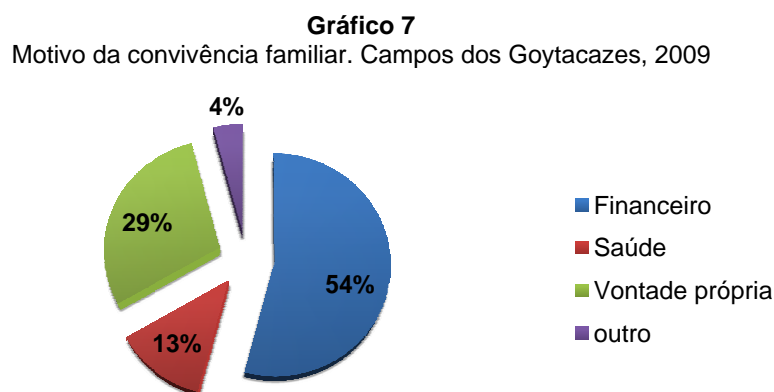


Fonte: Elaboração própria

Ao longo desse estudo mostramos que a metodologia utilizada pela FJP para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil considera, dentre outros componentes, a coabitação familiar como parte do déficit habitacional por incremento de estoque.

Além disso, levando em consideração os aprimoramentos metodológicos propostos por esta instituição, foi que introduzimos na nossa pesquisa quali/quantitativa duas perguntas: o motivo que levou à convivência familiar e as intenções de constituir um novo domicílio.

Dessa maneira, quando os entrevistados foram indagados sobre o motivo da convivência familiar, gráfico 7, a questão financeira apareceu em 54% das respostas. Em seguida aparece o motivo “vontade própria” em 29% dos casos, seguido por questões de saúde, 13%. O outro motivo apontado refere-se a apenas um caso onde a mãe foi morar com a família principal para ajudar a cuidar da neta.



Fonte: Elaboração própria

Além dessa análise, nosso estudo quali/quantitativo permitiu observar a ligação direta entre o motivo que levou à convivência familiar e as reais intenções em constituir um novo domicílio.

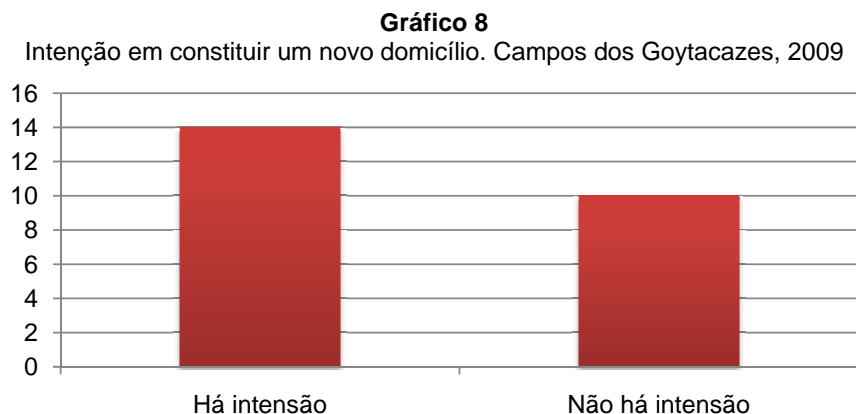
O que pretendemos dizer é que em 100% dos casos em que o motivo da convivência familiar foi considerado como opção (vontade própria) ou por questões de saúde, não há intenção em constituir um novo domicílio. Dessa maneira, de acordo com a nova proposta de ajuste metodológico, os casos em que o motivo levado à convivência familiar foram considerados como opção não configuram o déficit habitacional.

Dentre os casos classificados como déficit habitacional, com o componente “família convivente”, eles estão distribuídos em déficit de alta expectativa e de baixa expectativa, isto é, no primeiro, independente do motivo, há a intenção de mudar e providências já estão sendo tomadas, e no segundo caso possui a intenção de constituir novo domicílio, mas não há expectativa em mudar a curto prazo.

Dessa forma, o que pretendemos mostrar é que quando indagamos os motivos que levaram à coabitação familiar bem como as intenções da família secundária constituir domicílio distinto da família principal, abre-se para um leque de respostas que nos permitem questionar o que atualmente ainda pode ser considerado ou não como déficit habitacional, no quesito família convivente, pelos institutos de pesquisa ligados ao tema.

A partir dessas perguntas, é possível distinguir o que configura déficit habitacional e o não déficit habitacional e, dessa maneira, estimar o que pode ser calculado como tal de forma mais fidedigna com a realidade.

No gráfico 8 é possível observar a distribuição da intenção em constituir um novo domicílio.



Fonte: Elaboração própria

Dessa maneira, na tabela 8 estão dispostas as informações referentes aos motivos que levaram à convivência familiar em relação ao interesse em constituir um novo domicílio.

Tabela 8
Intenção de constituir novo domicílio por motivo da convivência familiar. Campos dos Goytacazes, 2009

Intenção	Motivo			
	Financeiro	Saúde	Vontade própria	Outro
Há intenção	13	-	-	01
Não há intenção	-	03	07	-

Fonte: Elaboração própria

Observações complementares obtidas através da pesquisa quali/quantitativa realizada em Campos dos Goytacazes revelam questões interessantes que merecem ser destacadas.

Há enormes diferenças entre o perfil socioeconômico das famílias que desejam constituir um novo domicílio em relação às que preferem continuar na situações de coabitação.

Isto é, em condições muito precárias, percebe-se que não há expectativa de constituírem um novo domicílio saindo da condição de coabitação familiar. Nesses

contextos, percebe-se que eles se tornam muito mais tolerantes frente à falta de privacidade e aos conflitos familiares.

Assim, quando o poder aquisitivo aumenta, as divergências/conflitos se tornam mais claros e há uma expectativa de constituírem novos domicílios assim que puderem. O aspecto que mais pesa, nesse caso, é a questão financeira. Essas famílias conviventes possuem expectativa a curto/médio prazo, de saírem do domicílio atual.

As informações levantadas na pesquisa quali/quantitativa aplicada em Campos dos Goytacazes, 2009, se aproximam das obtidas na pesquisa quantitativa realizada no mesmo município em 2008. Sendo assim, constatou-se que as famílias conviventes secundárias que afirmam desejar constituir uma unidade habitacional exclusiva se caracterizam majoritariamente por apresentar ensino fundamental e renda média mensal abaixo de cinco salários mínimos.

Por outro lado, observa-se que, em estratos sociais mais altos, apesar de possuírem condições de morarem em domicílios separados, e apesar de haver divergências/conflitos entre os moradores, não há interesse em tal ação. Tornam-se mais tolerantes a essas diferenças pelo fato de poderem reverter a situação de coabitação familiar a qualquer momento. Contudo, o principal motivo que os levam a continuar vivendo com essa configuração familiar é a manutenção do nível/padrão de vida, que nesses casos são elevados.

O que se pode perceber é que os dois extremos da “pirâmide social”, tanto os mais ricos quanto os mais pobres, não possuem intenções de mudar, cada um pelos motivos já mencionados. Não configurando assim, déficit habitacional. Por outro lado, quando o poder aquisitivo aumenta é possível perceber o interesse em constituir um novo domicílio e este é a curto prazo, e na pior das hipóteses a médio prazo, ou seja, assim que a situação financeira melhorar. Configurando o déficit habitacional de alta expectativa.

Destaca-se que, quando há divisões dos espaços bem definidas dentro do domicílio, e quando as questões de hierarquia e dos “papéis” domésticos também estão claras, os conflitos são menores, porém não inexistem. Mesmo nos casos em que há domicílios distintos, mais de um mesmo quintal, porém as atividades das famílias são majoritariamente em comum, há conflitos e há interesse de mudança.

Em Campos dos Goytacazes há muitos casos de mais de um domicílio no mesmo quintal e que possuem suas atividades completamente independentes e, mesmo nesses casos, onde as divisões dos espaços são bem definidas, existem conflitos/divergências entre as famílias e o interesse, se houver oportunidade, de constituírem outro domicílio mais distante.

Pra finalizar, mas não menos importante, as famílias onde foram constatadas a presença dos sogros/sogra, pais/mães, avôs/avós, são caracterizadas predominantemente por estes sendo os chefes do domicílio.

A estabilidade financeira proporcionada pela aposentadoria ou rendimento contínuo, mesmo sendo de valor baixo, configura um cenário onde a maioria dos domicílios abordados é com essa formação, isto é, representam a família principal. Dessa forma, levando em consideração a importância desses progenitores dentro das atividades do domicílio é que detalharemos nossas observações de campo.

PARTICIPAÇÃO DE UM DOS PROGENITORES DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS E DE SEU CÔNJUGE

Na pesquisa quali/quantitativa realizada em Campos observamos questões interessantes que podem servir como aspectos exploratórios complementares nos estudos sobre as necessidades habitacionais, mais precisamente sobre o papel de um dos progenitores do chefe do domicílio ou de seu cônjuge.

Essas questões dizem respeito às atividades desempenhadas pelos progenitores, sogros/sogra e também pelo avô/avó, que moram dentro do mesmo domicílio que a família principal. Essa análise mais apurada justifica-se pela hipótese que estes desempenham papel fundamental de colaboração tanto nas despesas quanto nas atividades domésticas, não podendo, dessa forma, serem considerados simplesmente como agregados da família principal, conforme os critérios adotados pelo IBGE.

Isto é, em contextos onde a sogra (mãe da esposa) convive com a família principal é possível perceber os conflitos nas relações de hierarquia tanto de geração quanto de gênero. Os conflitos de geração apareceram com maior

recorrência dentro das queixas em relação aos problemas de convivência. Ou seja, em muitos casos as relações de convivência são problemáticas com o genro e também com os netos.

Percebe-se que esses progenitores, na maioria dos casos, não são defendidos nessas relações, principalmente quando estes são do sexo feminino. Essa realidade pode ser observada em falas como as dos entrevistados:

Entrevistado “X”:

“A gente, quando cria os nossos filhos, cria de uma maneira. Mas hoje as coisas são diferentes. Depois que casou, minha filha parece seguir mais a criação do esposo. Eu sou casca grossa, não levo desaforo pra casa, mas ele é o pai da minha neta, tenho que gostar dele. Eu não quero confusão e para evitar isso já avisei que continuo tomando conta da minha neta apenas se eu puder morar na minha própria casa” (Entrevistado “X”).

Entrevistado “Y”:

“Os jovens são impulsivos, respondem de forma que ofendem os avôs. É uma relação conflituosa e por sua vez é difícil criar um ambiente saudável. São dificuldades que nos amadurecem e enriquecem os jovens” (Entrevistado “Y”).

Entrevistado “Z”:

Eu tento manter as rédeas da casa, ao mesmo tempo em que permito que eles fiquem à vontade. Tento não me envolver muito, mas há coisas que não tem como. Existem muitos conflitos de gerações, principalmente com os meus netos. Se meu esposo estivesse vivo, seria diferente porque seria mais um até para bater de frente (Entrevistado “Z”).

Os conflitos de gênero revelam-se principalmente em situações onde a mãe da esposa é a dona do domicílio. Nesses contextos percebe-se que na maioria das situações elas contribuem consideravelmente com as atividades domésticas e financeiras, todavia são consideradas como agregadas do domicílio.

Essa situação fica clara em falas como a da entrevistada “M”:

O meu genro é sargento aposentado. Convidei-os [esposa e dois filhos] para morarem aqui porque estavam sempre por aqui comigo. Ele é o responsável da casa, mas a casa é minha. Eu também ajudo nas despesas financeiras e nas coisas da casa.

Ressalta-se que, em contextos onde os entrevistados são os mais idosos, e o motivo da convivência familiar é a vontade própria ou questão de saúde, alegam não haver problemas de convivência. Na fala de uma avó entrevistada, com problemas de visão, é possível perceber essa realidade: *“A nossa convivência é tranqüila. O que deve prevalecer e o que é interessante é o amor, é a união”*.

Contudo, em casos onde este arranjo familiar é apontado como uma opção/escolha é possível perceber também a questão financeira agregada. Ou seja, a aposentadoria que recebem, em ambos os casos, é utilizada como uma fonte de recursos dentro de casa no que se refere à contribuição com as despesas domésticas.

A maioria desses parentes (sogro/sogra, pai/mãe) contribui ativamente com as despesas domésticas bem como nas atividades da casa. Nesse quesito, realizam serviços de limpeza, ajudam na criação dos netos, contribuem com a organização do lar, etc. Além disso, apresentam-se como proprietários ou co-proprietários do imóvel, em alguns casos.

É importante ressaltar que, nesta pesquisa, a maioria das famílias entrevistadas configura-se pelos casos em que os filhos e/ou netos moram com os pais e/ou avós.

A estabilidade financeira proporcionada pela aposentadoria ou outro rendimento contínuo, mesmo que sejam de baixo valor, configura um cenário onde a maioria dos domicílios abordados possui essa formação. Apesar de demonstrarem interesse em adquirirem novo domicílio, essa estabilidade financeira é um fator preponderante na tomada dessa decisão.

Dessa forma, o que pretendemos deixar claro é que na maioria dos casos esses progenitores desempenham papéis fundamentais dentro da unidade familiar,

não devendo ser considerados apenas como um agregado, ou componente da família nuclear. Em alguns casos, se investigado com maior profundidade, pode-se concluir que estes se configuram como um componente da família convivente disfarçada.

Tendo em vista as questões que suscitamos, a partir da nossa pesquisa quali/quantitativa, sugerimos um novo olhar acerca do papel desempenhado pelos progenitores do chefe do domicílio ou de seu cônjuge dentro do domicílio.

Para isso, acreditamos que seja necessário incluir, em pesquisas mais aprofundadas²⁶, as seguintes questões:

- Se esses progenitores possuem aposentadoria ou algum outro rendimento contínuo;
- Se colaboram com as despesas financeiras do domicílio;
- Se colaboram com as atividades domésticas e;
- Se são proprietários ou co-proprietários do domicílio.

Dessa maneira, a análise dessas questões, de acordo com nossas hipóteses, pode fornecer informações importantes que subsidiem futuramente novos aprimoramentos metodológicos.

²⁶ No caso de famílias que respondem positivamente à pergunta sobre a presença desses progenitores, como moradores, dentro da unidade familiar entrevistada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização brasileira, caracterizada pelo rápido movimento do campo para cidade, onde deixamos de ser essencialmente rurais e passamos a ter cerca de 80% da população instalada nos centros urbanos em um espaço de sessenta anos, nos dá um indicativo da dimensão dos problemas daí resultantes.

Isto é, o enorme contingente populacional buscando se assentar nas cidades e as mesmas tentando agir para dar conta desse crescimento populacional e dos problemas daí advindos.

A “tragédia urbana” (Maricato, 1994) exigia respostas que fossem capazes de reverter essa situação. Respostas essas respaldadas em bases científicas, de acordo com a realidade empírica, evitando as “idéias fora do lugar” até então tão freqüentes, idéias que não condiziam com a realidade.

Por sua complexidade e amplitude, a questão da carência habitacional, que apareceu com maior recorrência neste cenário, exigiu o olhar diferenciado que fosse capaz de proporcionar o desenvolvimento de ações que pudessem reverter a situação observada.

Nesse contexto, metodologia da FJP desenvolvida para subsidiar a sociedade de informações que nortearassem as práticas políticas e outros estudos através de dados/informações que fossem capazes de retratar a realidade brasileira mais fielmente possível, destaca-se no cenário nacional, com a rediscussão do déficit habitacional.

Tendo em vista a peculiaridade do objeto que estava sendo estudado, um objeto da realidade social, dinâmico e com suas peculiaridades, a FJP utilizou como respaldo dois pressupostos metodológicos: a dificuldade de padronização das necessidades habitacionais para todos os extratos de renda e o erro ao reduzir a complexidade do habitat a um déficit habitacional *stricto sensu* (FJP, 1995). Isto é, considerá-lo apenas como a necessidade de construção de novas unidades habitacionais.

A partir desse olhar diferenciado da FJP, as necessidades habitacionais passaram a ser entendidas de acordo com a dinâmica e as peculiaridades da

sociedade, dizendo respeito não somente à mercadoria (habitação), mas também aos seus aspectos culturais e simbólicos, tornando-se específica para os diversos setores sociais e variando conforme a dinâmica da sociedade. E, por isso a impossibilidade de ser neutra, atemporal e padronizada estatisticamente, pois em cada realidade específica a necessidade habitacional apresenta-se de maneira peculiar, o que dificulta o cálculo como se ela fosse imutável.

Tendo em vista os constantes aprimoramentos metodológicos, utilizados pela FJP, o presente estudo buscou realizar detalhamentos sobre aquele considerado o mais significativo aprimoramento, isto é, o papel das famílias conviventes no déficit habitacional brasileiro. Isso porque, chegou-se a conclusão que alguns aspectos poderiam nos apontar para o que de fato deve ser considerado déficit e não déficit habitacional, evitando erros de superestimação dos índices.

O que pretendemos dizer é que após discussões se chegou ao consenso que nem todas as famílias conviventes poderiam ser incluídas dentro do componente de déficit habitacional, isso porque se fossem indagadas, uma porcentagem considerável informaria a não intenção em constituir um novo domicílio.

Além disso, alguns indicativos levaram a questionamentos em relação ao papel desempenhado pelo pai/mãe, sogro/sogra do chefe da família principal, que vivem no mesmo domicílio que estes.

Esses indicativos chamaram a atenção para a importância da participação desses progenitores nas atividades do domicílio e despesas domésticas, não podendo ser considerados tão somente como um agregado da família nuclear, componentes que supomos poder subestimar os índices de déficit habitacional.

Dessa maneira, possuímos dois componentes que, conforme observados podem ser responsáveis pela superestimação dos dados bem como pela sua subestimação.

Contudo, essas peculiaridades não eram passíveis de teste uma vez que a base de dados que a FJP utiliza (PNAD/IBGE) não possibilita o detalhamento dessas informações.

Dessa maneira, de acordo com o capítulo III, a partir do *survey* realizado em Campos dos Goytacazes e da pesquisa quali/quantitativa posterior a ele, realizada

na mesma cidade, algumas peculiaridades sobre esses arranjos familiares puderam ser testadas no momento em que indagamos algumas respostas dos entrevistados. Peculiaridades referentes aos motivos que levaram à opção pela convivência familiar, as reais intenções em constituir novo domicílio e as contribuições de um dos progenitores dos cônjuges no domicílio.

Ao indagarmos sobre os motivos que levaram à convivência familiar e as reais intenções de constituir um novo domicílio, a resposta que apareceu com maior recorrência foi a questão financeira e a intenção em constituir um novo domicílio, configurando assim o déficit habitacional, variando entre déficit de alta e baixa expectativa.

Além disso, concluímos que em todos os casos onde a família convivente informou que o motivo pela coabitação familiar se referia à opção por esse tipo de arranjo (vontade própria) ou à questão de saúde, não há intenção em constituir um novo domicílio, não podendo, dessa forma, ser caracterizada como déficit habitacional. Dessa maneira, nossas análises/resultados/proposições se aproximaram, em certa medida, de idéias, resultados e análises dos estudos da FJP acerca do assunto.

Em relação aos novos arranjos familiares, podemos perceber que a convivência caracteriza-se principalmente pelas unidades habitacionais formadas por famílias nucleares (a família principal) e as famílias conviventes, estas geralmente constituídas pelos filhos, noras/genros e/ou netos do chefe do domicílio.

Na maioria desses casos, a aposentadoria dos chefes de domicílio é responsável pela maior parte das despesas financeiras do domicílio. Destaca-se que, foram encontrados também, muitos domicílios do tipo monoparental feminino, sendo as mulheres, chefes de família. Não foi encontrado nenhum caso de família monoparental masculina.

No que se refere à presença dos progenitores dos chefes de domicílio ou de seu cônjuge na unidade domiciliar, podemos perceber que o papel por eles desempenhado é muito mais importante do que possamos imaginar, pelas diversas contribuições. Principalmente no que se refere às despesas da casa.

Contudo, nem sempre a convivência dá-se de forma harmoniosa. O que nos ficou claro foram os diversos conflitos de gerações, de gênero e de hierarquia. Geralmente esses progenitores se consideram desrespeitados dentro do domicílio e quando isso ocorre, eles indicam a expectativa de constituir um novo domicílio. Essa situação é nítida em falas como da entrevistada “M”:

Neto não deveria morar com a avó, porque não aceitam a nossa opinião. São adolescentes, há conflitos de gerações, estilos de vida diferentes, mesmo tentando se adaptarem foge à regra. Devem obediência à mãe, mas acham que à avó não devem obedecer.

Em contrapartida, nos casos onde a convivência familiar ocorreu por escolha ou por motivos de saúde, afirmam viver harmoniosamente no domicílio e, por sua vez, não possuem a intenção em constituir um novo domicílio.

Como era de se esperar, as perguntas incluídas nos forneceram informações importantes que puderam comprovar nossas hipóteses de trabalho, ou seja, a importância dos progenitores nas atividades do domicílio.

No caso do papel desempenhado pelos progenitores, é importante deixarmos claro que estas foram pesquisas exploratórias, sem representatividade estatística, entretanto, nos trazem informações de caráter complementar às pesquisas quantitativas até então realizadas sobre o déficit habitacional, sendo necessária, futuramente, uma pesquisa de maior profundidade e amplitude amostral, capaz de aprimorar essas informações e possibilitar a afirmação dos questionamentos aqui levantados com maior segurança.

Afirmações essas que, se comprovadas, poderão ser inseridas nas pesquisas de abordagem nacional, como mais um aprimoramento metodológico realizado, complementar aos anteriores.

Por fim, pretendemos não apenas suscitar a importância de novas pesquisas quali/quantitativas com amplitude amostral e representatividade estatística, mas também deixar claro o caráter de complementaridade dos métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo.

Isso por que, a expectativa é que as pesquisas empíricas quantitativas também se apropriem dessas informações quali/quantitativas e, dessa forma, consiga estar mais próxima da realidade a ser investigada, produzindo índices que a retratem de forma mais fiel, indicando o que podemos realmente considerar como déficit habitacional e como não déficit, subsidiando as ações de enfrentamento da questão habitacional.

REFERÊNCIAS

- Alves, J.E.D. **A definição de Família convivente do IBGE:** cuidados metodológicos necessários
http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf
- Araújo, M.B., Azevedo, S. Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo das abordagens corporativas. **CADERNOS METRÓPOLE/OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES.** São Paulo: EDUC, 1999, nº 17, PP.241-255.
- Azevedo, S. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. Org. Adauto Lúcio Cardoso. In: **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Porto Alegre: ANTAC, 2007. Coleção Habitare.
- _____. A questão da Habitação Popular no Federalismo Brasileiro. In: **Revista de Administração Municipal- Municípios - IBAM,** Rio de Janeiro , Ano 52, nº 262, ab./mai./jun., 2007.
- _____. A crise da Política Habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90 In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q.; AZEVEDO, Sergio de (Orgs.). **A questão da moradia nas grandes cidades:** da política habitacional à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. “Política de Habitação Popular e Subdesenvolvimento: Dilemas, Desafios e Perspectivas”. In: DINIZ, Eli (org.) **Políticas Públicas para Áreas Urbanas** , pp.67-114, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social no Brasil,** Estação Liberdade, São Paulo, 1995, 4 ed. P. 16-42.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Habitar Brasil.** Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/federal/lista_completa_programas/progrma_habitar_brasil.asp. Data de acesso: 12/12/2010.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2005.** Convênio PNUD/Ministério das Cidades, Belo Horizonte, 2006.

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. **Déficit habitacional no Brasil**. Convênio PNUD/Secretaria de Política Urbana (Ministério do Planejamento), Belo Horizonte, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil**: Municípios selecionados e microregiões geográficas. Belo Horizonte, 2004.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2000**. Convênio PNUD/Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (Presidência da República), Belo Horizonte, 2001.
- Gonçalves, R.R. **Déficit Habitacional Brasileiro**: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda familiar. RJ, 1998 Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/td_410.pdf
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (RJ), **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – 2004**: microdados. [Rio de Janeiro, 2005]. CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (RJ), **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 2005** microdados. [Rio de Janeiro, 2006]. CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php. Data de acesso: 05/01/2011.
- JUNKER, Buford H. A Importância do trabalho de campo: uma introdução às ciências sociais. Introdução de Everett C. Hughes. Tradução de José Gurjão Neto. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1971.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.
- MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997, 7ed, p.8-54.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Biblioteca. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de->

habitacao/biblioteca/publicacoes-e-artigos/DeficitHabitacional.zip/view. Data de acesso: 20/09/2010.

- MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O . GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 7-27.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: http://www.pnud.org.br/projetos/pobreza_desigualdade/visualiza.php?id07=16. Data de acesso: 12/12/2010.
- Schwartzman, Simon. **Legitimidade, Controvérsias e Traduções em Estatísticas Públicas** - 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Data de acesso: 18/10/2009.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Projeto Déficit habitacional 2007**. Relatório técnico, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.sindusconsp.com.br/downloads/economia/estudossetoriais/deficit2007.pdf>. Data do acesso: 11/10/2010.

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

- BARBOSA, Adoniran. **Agüenta a Mão João**. In: BARBOSA, Adoniran. MPB Compositores. São Paulo: Editora Globo, 1996. 1 CD, faixa 10.
- BARBOSA, Adoniran. **Despejo na Favela**. In: BARBOSA, Adoniran. MPB Compositores. São Paulo: Editora Globo, 1996. 1 CD, faixa 4.
- BARBOSA, Adoniran. **Saudosa Maloca**. In: BARBOSA, Adoniran. MPB Compositores. São Paulo: Editora Globo, 1996. 1 CD, faixa 6.
- BARBOSA, Adoniran. **Trem das Onze**. In: BARBOSA, Adoniran. MPB Compositores. São Paulo: Editora Globo, 1996. 1 CD, faixa 2.

ANEXOS

Questionário Déficit Habitacional – Família Convivente Clássica

A01 - Sexo:

A02 - Idade:

A03 - Condição do respondente na unidade domiciliar:

- | | |
|-------------------------------|----------------|
| a) Responsável pelo domicílio | d) Pai/mãe |
| b) Cônjuge | e) Pensionista |
| c) Filho | f) Outro |

A04 - Estado civil:

- | | |
|---------------------------------|---------------|
| a) Casado (a)/ união estável | d) Divorciado |
| b) Solteiro (a) | e) Viúvo |
| c) Vive separado (a) do cônjuge | |

A05 - Até qual série o senhor (a) estudou?

A06 - O senhor (a) está trabalhando atualmente?

- a) Sim b) Não

A07 - Levando em consideração que tratamos de domicílios com família convivente, diga-me qual o motivo dessa outra família morar no seu domicílio?

- | | |
|---------------|--------------------|
| a) Financeiro | b) Vontade própria |
| c) Saúde | d) Outro, qual? |

A08 - Existe a intenção dessa outra família se mudar futuramente e constituir outro domicílio?

- a) Sim b) Não

A09 - Quais os parentes dos chefes do domicílio vivem neste domicílio?

- | | |
|----------|----------|
| a) Sogro | c) Pai |
| b) Sogra | d) Outro |
| c) Mãe | |

A10 – Situação do imóvel:

- | | | |
|------------|-----------|------------|
| a) Próprio | b) Cedido | c) Alugado |
|------------|-----------|------------|

A11 - Qual a renda da família principal?

A11a - Qual a renda da família secundária?

A12 – Quais as principais dificuldades de convivência?

Déficit Habitacional – Família Convivente Disfarçada

(entrevistar pai, mãe, sogro e sogra)

A01 - Sexo:

A02 - Idade:

A03 - Condição do respondente na unidade domiciliar:

- | | |
|-------------------------------|----------------|
| f) Responsável pelo domicílio | d) Pai/mãe |
| g) Cônjuge | e) Pensionista |
| h) Filho | f) Outro |

A04 - Estado civil:

- | | |
|---------------------------------|---------------|
| d) Casado (a)/ união estável | i) Divorciado |
| e) Solteiro (a) | j) Viúvo |
| f) Vive separado (a) do cônjuge | |

A05 - Até qual série o senhor (a) estudou?

A06 - O senhor (a) está trabalhando atualmente?

- | | |
|--------|--------|
| e) Sim | f) Não |
|--------|--------|

A07 - Levando em consideração que tratamos de domicílios com família convivente, diga-me qual o motivo dessa outra família morar no seu domicílio?

- | | |
|---------------|--------------------|
| c) Financeiro | d) Vontade própria |
| g) Saúde | h) Outro, qual? |

A08 - Existe a intenção dessa outra família se mudar futuramente e constituir outro domicílio?

- | | |
|--------|--------|
| e) Sim | f) Não |
|--------|--------|

A09 - Quais os parentes dos chefes do domicílio vivem neste domicílio?

- | | |
|----------|----------|
| d) Sogro | g) Pai |
| e) Sogra | h) Outro |
| f) Mãe | |

A10 – Situação do imóvel:

- | | | |
|------------|-----------|------------|
| d) Próprio | e) Cedido | f) Alugado |
|------------|-----------|------------|

A11 - Qual a renda da família principal?

A11a - Qual a renda da família secundária?

A12- Quais os parentes dos chefes do domicílio vivem neste domicílio?

- | | |
|----------|----------|
| a) Sogro | a) Pai |
| b) Sogra | b) Outro |
| c) Mãe | |

A13 - Algum desses possui aposentadoria ou rendimento contínuo de outra procedência?

- | | |
|--------|--------|
| a) Sim | b) Não |
|--------|--------|

A14 - São proprietários ou co-proprietários do imóvel?

- | | |
|--------|--------|
| a) Sim | b) Não |
|--------|--------|

A15 - Cooperam financeiramente com as despesas da casa?

- | | |
|--------|--------|
| a) Sim | b) Não |
|--------|--------|

A16- Cooperam com os serviços domésticos?

- | | |
|--------|--------|
| a) Sim | b) Não |
|--------|--------|

A17 – Quais as principais dificuldades de convivência?

LETRAS ADONIRAN BARBOSA

Saudosa Maloca

Si o senhor não está lembrado
Dá licença de contá
Que aqui onde agora está
Esse edifício arto
Era uma casa véia
Um palacete assombrado
Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mais, um dia
Nem nós nem pode se alembra
Veio os homi cas ferramentas
O dono mandô derrubá
Peguemo todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Aprecia a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada táuba que caía
Duia no coração
Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei:
Os homis tá cá razão
Nós arranja outro lugar
Só se conformemo quando o Joca falou:
"Deus dá o frio conforme o cobertor"
E hoje nós pega a páia nas grama do jardim
E prá esquecê nós cantemos assim:

Saudosa maloca, maloca querida,
Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas
Saudosa maloca, maloca querida,
Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas.

Trem das Onze

Não posso ficar nem mais um minuto com você
Sinto muito amor, mas não pode ser
Moro em Jaçanã,
Se eu perder esse trem
Que sai agora as onze horas
Só amanhã de manhã.
Além disso mulher
Tem outra coisa,
Minha mãe não dorme
Enquanto eu não chegar,
Sou filho único
Tenho minha casa para olhar
E eu não posso ficar.

Despejo na Favela

Quando o oficial de justiça chegou
La na favela
E contra seu desejo entregou pra seu narciso um aviso pra uma ordem de despejo
Assinada seu doutor, assim dizia a petição dentro de dez dias quero a favela vazia e
os barracos todos no chão.
É uma ordem superior,
Ô meu senhor, é uma ordem superior
Não tem nada não seu doutor, não tem nada não,

Amanhã mesmo vou deixar meu barracão.

Não tem nada não seu doutor vou sair daqui pra não ouvir o ronco do trator.

Pra mim não tem problema em qualquer canto me arrumo de qualquer jeito me ajeito.

Depois o que eu tenho é tão pouco minha mudança é tão pequena que cabe no bolso de trás.

Mas essa gente ai hein como é que faz?

Agüenta a Mão, João

Não reclama

Contra o temporal

Que derrubou teu barracão

Não reclama

Guenta a mão, João

Com o cibide.

Aconteceu coisa pior

Não reclama

Pois a chuva

Só levou a tua cama

Não reclama

Guenta a mão, João

Que amanhã tu levanta

Um barracão muito melhor.

C'o cibide coitado

Não te contei?

Tinha muita coisa

A mais no barracão

A enxurrada levou seus

Tamanco e o lampião

E um par de meia que era
De muita estimação
O cibide tá que tá dando
Dó na gente
Anda por aí
Com uma mão atrás
E outra na frente.